



**PROJETO PEDAGÓGICO**

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA**

**EM**

**GESTÃO PÚBLICA**

**Brasília, DF – 10 de setembro de 2007.**



# **PROJETO PEDAGÓGICO**

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA**

**EM**

**GESTÃO PÚBLICA**

## SUMÁRIO

	Pág.
1. HISTÓRICO DO CURSO	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL	4
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO	6
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA	8
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO	8
6. CONCEPÇÃO DO CURSO	8
6.1 – Articulação do Projeto Pedagógico do Curso com Projeto de Desenvolvimento Institucional	8
6.2 – Objetivos do curso	9
6.3 – Perfil do egresso	10
7. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR	12
7.1 – Coerência do currículo com os objetivos do curso	12
7.2 – Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso	12
7.3 – Coerência do currículo face às D. C. N.	12
7.4 – Adequação da metodologia de ensino	13
7.5 – Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo	13
7.6 – Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo	13
7.7 – Adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo.	14
7.8 – Adequação e atualização da bibliografia	14
7.9 – Coerência do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo com a proposta curricular	15
7.10 – Coerência dos recursos materiais específicos (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) do curso com a proposta curricular	24
7.11 – Estratégias de flexibilização curricular	30
8. AVALIAÇÃO	32
8.1 – Forma de Acesso ao Curso	32
8.2 – Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem com a concepção do curso	33
8.3 – articulação da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional	34
9. POLÍTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	37
10. POLÍTICAS DE TCC E DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	37
11. DIPLOMA	37
ANEXOS	38
Anexo I – Grade Curricular e Carga Horária	39
Anexo II – Ementário e Bibliografia	40
Anexo III – Corpo Docente Indicado	48
Anexo IV – Organograma	49
Anexo V – Formulário para Avaliação Interna do CSTGP	50

## 1. HISTÓRICO DO CURSO

O Centro Universitário Euro-Americano – UNIEURO – tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, mediante a oferta de cursos que atendam às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e à demanda regional.

Assim é que, atento às necessidades do mercado de trabalho do centro-oeste, em franca expansão, notadamente nos campos do agro-negócio, da indústria farmacêutica, da informática, bem como na área de serviços, decidiu pela criação do curso superior de tecnologia em gestão empresarial, com vistas a prover a demanda crescente por profissionais gabaritados para o exercício das atividades de gestor empresarial.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Superior de Tecnologia (CST) em GESTÃO PÚBLICA (GP) segue as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO) – aprovado pela Portaria MEC nº 996/2004, com base no Parecer CES/CNE nº 91/2004 – no que concerne ao plano de metas e ações da instituição, que preconiza a construção de projetos pedagógicos comprometidos com suas bases conceituais, sua missão, seus objetivos e seus princípios norteadores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do UNIEURO aponta para uma inovação que transcende as propostas convencionais de criação de um centro universitário, implicando, assim, tal avanço, o ensino de alto padrão comprometido com a integralização dos países da Europa e das Américas, o que pressupõe uma coletividade consciente e, por conseguinte, um saber ativo relacionado não somente ao conhecimento, mas também à crítica e à construção da sociedade.

Sob essa perspectiva de inovação, o Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA – criado a partir da resolução CONSU nº002, de 23 de abril de 2004 – tem como missão contribuir para a formação de profissionais imbuídos da responsabilidade de formular e implementar estratégias que assegurem a eficiência, a eficácia e a competitividade das organizações empresariais.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL**

### **2.1 - Contexto**

O Centro Universitário Euro-Americano tem sede em Brasília (DF), capital da República, com unidades descentralizadas nas Regiões Administrativas RA-I (Plano Piloto/Brasília) – Asa Norte e Sudoeste –, RA-V (Sobradinho) e RA-III (Taguatinga).

O Distrito Federal, e seu entorno, apresenta cerca de 4 milhões de habitantes, distribuídos por dezenove regiões administrativas do DF e vários municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais. É o ente territorial nacional que detém o maior índice de alfabetizados, concluintes do ensino médio e de cursos superiores, em relação à população citada, além de sediar os Poderes da República e os respectivos órgãos. Exerce, talvez, por isso, demanda qualificada em relação aos cursos superiores de graduação e, especialmente, de pós-graduação.

O Centro Universitário Euro-Americano quer ser parceiro do desenvolvimento cultural, educacional e sócio-econômico do Distrito Federal, e de seu entorno, implementando cursos e programas de nível superior, como resposta ágil e competente às demandas de sua comunidade.

### **2.2 - Justificativa**

O processo de globalização em curso no mundo do terceiro milênio deixa cada vez mais evidente o valor praticamente incomensurável da informação e da capacidade de criá-la, de geri-la e dela se aproveitar para a criação de riquezas e promover o bem-estar social.

Ademais, nas últimas décadas do Século XX cada vez mais a discussão do papel do Estado e, mais especificamente, de sua função como gerador de bem-estar social, assume um caráter fundamental, no contexto latino-americano e brasileiro, os processos de Reforma do Estado e a necessidade de implementação de Políticas Públicas sociais capazes de superar ou mitigar as situações de exclusão social presentes na região a partir da década de 1990 ao mesmo tempo em que a conjuntura macroeconômica demandava a redução ou o controle de novos modelos e práticas para a gestão das atividades públicas efetivadas pelo Estado.

Hoje, a capacidade das Organizações Estatais e também as Organizações Privadas que trabalham na redução de bens públicos para a Sociedade de empregar seus recursos de forma mais eficiente e eficaz não somente influencia diretamente seus resultados como também afeta sua capacidade de produzir ações que

efetivamente produzam políticas e ações públicas que garantam o bem estar da Sociedade.

O modelo de gestão atualmente aplicado às Organizações Públicas tem se mostrado cada vez mais limitado diante das tarefas cada vez mais complexas a qual o Estado é instado a atuar e isso compromete a eficiência e a eficácia de suas atividades, principalmente aquelas voltadas para o atendimento das demandas de caráter social.

Para adequar-se a esse contexto as Organizações Estatais e as Organizações Privadas que cumprem atividades de interesse público buscam cada vez mais aperfeiçoar os modelos de gestão, diante das peculiaridades que envolvem a produção de bens públicos. O custo crescente dos procedimentos, a incorporação contínua de tecnologia de ponta e a demanda por qualidade de serviços tem obrigado as Organizações Públicas e Privadas a selecionar quadros com grau de conhecimento especializado maior a cada instante. Na esfera das Organizações Públicas, diante do fato que o recrutamento é feito via concurso, a necessidade maior e a de aperfeiçoar os quadros existentes e aqueles que por ventura venham a ser selecionados e que ainda não possuem uma formação específica ou mesmo prática em processos de gestão mais eficientes e eficazes no que se refere à atuação do Estado. Além disso com a crescente participação das organizações não governamentais e sociais em atividades, ações e Políticas Públicas. Percebe-se a necessidade de formação de quadros que venham a atuar nessas Organizações e que estejam, igualmente, atentos aos avanços e necessidade das novas práticas da Gestão Pública. A grande variedade de conhecimentos que se fazem obrigatórios aos funcionários já é tanta que impossibilita às organizações Públicas e aquelas voltadas para atividades de interesse público oferecer o treinamento do pessoal de que necessita. A velocidade do desenvolvimento das inovações não permite que amadores sejam aproveitados, como se fazia até há pouco.

Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA vem ao encontro dessa demanda por pessoal especializado – e com grau superior de conhecimento técnico –, formando profissionais que acumulam conhecimentos básicos na gestão de atividades realizadas no contexto da Administração Pública ou mesmo em organizações privadas voltadas para o apoio de ações estatais dos mais diferentes tipos.

### **3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO**

Em relação à intencionalidade do ensino no Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA, espera-se conseguir o mesmo que Delors aponta como pilares para uma aprendizagem ao longo de toda uma vida (Gadotti, 2000). Esses pilares podem ser tomados, também, como roteiro para orientar os docentes rumo ao futuro da educação. Salienta-se que estes pilares incluem:

**Aprender a conhecer:** Prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção. Inútil tentar conhecer tudo. Isso supõe uma cultura geral, o que não prejudica o domínio de certos assuntos especializados. Aprender a conhecer é mais do que aprender a aprender. Aprender mais linguagens e metodologias do que conteúdos, pois estes envelhecem rapidamente. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas “pensar pensamentos”, pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

**Aprender a fazer:** É indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a competência pessoal que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mais apta a trabalhar em equipe, do que a pura qualificação profissional. Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, qualidades humanas que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho.

**Aprender a viver juntos:** Compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não-violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência, no Brasil, como exemplo desta tendência, pode-se citar a inclusão de temas/eixos transversais (ética, ecologia, cidadania, saúde, diversidade cultural) nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que exigem equipes interdisciplinares e trabalho em projetos comuns.

**Aprender a ser:** Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e lingüística, precisa ser integral.

**Transdisciplinaridade:** Embora com significados distintos, certas categorias como transculturalidade, transversalidade, multiculturalidade e outras como complexidade e holismo também indicam uma nova tendência na educação.

**Ação:** Intervenção pedagógica na formação do Gestor capacitado para atuar tanto na esfera pública quanto naqueles entes privados cujas atividades estão relacionadas diretamente com a ação do Estado. Dessa forma, o futuro graduado em Gestão Pública deverá privilegiar o aprofundamento teórico, para melhor desempenhar suas funções, seja no âmbito das Instituições Públicas, seja no âmbito dos entes Privados cuja atividade esta voltada para o oferecimento de serviços para o Estado no que tange a produção de Políticas Públicas. Para tanto, o educador formador deverá ser, antes de tudo, o testemunho das teorias na área do conhecimento e paradigmas que delineiam o projeto pedagógico do curso em pauta.

#### **4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA**

Embora a IES possua suas políticas de pesquisa em várias áreas, incluindo-se os cursos da área de tecnologia, possibilitando aos graduandos a participação, por meio dos Projetos Integradores, nos cursos de pós-graduação *Strictu Sensu* em Administração e em Ciências Políticas.

#### **5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO**

Conquanto existentes, as políticas são disponibilizadas ao presente curso.

## **6. CONCEPÇÃO DO CURSO**

### **6.1 - Articulação do Projeto Pedagógico do Curso com o Plano de Desenvolvimento Institucional**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Superior de Tecnologia (CST) em GESTÃO PÚBLICA (GP) segue as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO) no que concerne ao plano de metas e ações da instituição, que preconiza a construção de projetos pedagógicos compromissados com suas bases conceituais, sua missão, seus objetivos e seus princípios norteadores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do UNIEURO aponta para uma inovação que transcende as propostas convencionais de criação de um centro universitário, implicando, assim, tal avanço o ensino de alto padrão, comprometido com a integralização dos países da Europa e das Américas, o que pressupõe uma coletividade consciente e, por conseguinte, um saber ativo relacionado não somente com o conhecimento, mas também com a crítica e com a construção da sociedade.

O conhecimento que o Centro Universitário Euro-Americano visa a produzir e a transmitir tem como objetivo principal compreender o processo contraditório da integração, da democracia e da necessária união dos países em torno de ideais comuns, contribuindo, dessa forma, para se chegar a uma consciência de totalidade e à elaboração de um instrumental adequado à compreensão do cenário e das conjunturas nacional e internacional.

Sob essa perspectiva de inovação, o Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA tem como missão contribuir para a formação de profissionais imbuídos da responsabilidade de formular e implementar estratégias que assegurem a eficiência, a eficácia e a competitividade das organizações empresariais.

### **6.2 – Objetivos do Curso**

#### **6.2.1 Objetivo geral**

O CSTGP tem como escopo a formação do profissional apercebido de condições suficientes e necessárias ao cumprimento de seu papel no mercado do trabalho, atuando diretamente na supervisão ou na execução das funções que caracterizam suas atividades. Neste sentido, apresenta como objetivo geral o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a gestão de

atividades no Setor Público e também nas Organizações cujos objetivos estejam relacionados diretamente com as atividades do Estado.

### **6.2.2 Objetivos específicos**

- a. Capacitar recursos humanos para procedimentos gerenciais;
- b. Propiciar conhecimentos dos principais métodos em GESTÃO PÚBLICA, com desenvolvimento e treinamento em modernas técnicas de formulação, planejamento, programação e controle, de suas atividades;
- c. Propiciar embasamento teórico e prático referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao melhor desempenho das atividades executadas na esfera da Gestão Pública seja no âmbito das Organizações Públicas ou no seio das Organizações Privadas;
- d. Propiciar condições para identificar e analisar problemas encontrados no processo de rotina das atividades administrativas e nas etapas de formulação, implementação e avaliação das ações públicas;
- e. Adquirir referências que possibilitam pensar e agir estrategicamente frente aos desafios da gestão de atividades na esfera pública ou na gestão de atividades de entes privados cujos objetivos organizacionais estão relacionados com as atividades de Estado em seus processos de produção de políticas Públicas;
- f. Desenvolver competências e técnicas gerenciais contemporâneas que permitam identificar e apresentar soluções aos problemas fundamentais que afligem as atividades relacionadas com a Gestão dos Negócios Públicos;
- g. Definir novas metodologias para a definição de estratégias para a melhor compreensão dos processos que envolvem a gestão e o acompanhamento dos negócios públicos.

## **6.3. PERFIL PROFISSIONAL DO FORMANDO**

### **6.3.1 Competências Profissionais a Serem Desenvolvidas**

De acordo com o Art. 7º da Resolução CNE/CP nº 03/2002, entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o

desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Conceituado, como já explicitado, nos quatro pilares da educação – *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (atitude) e aprender a ser (ação-reflexão-ação)* –, o trabalho desenvolvido durante o curso enfoca, comprometendo-se com o sucesso dos alunos, o respeito à diversidade cultural; vislumbra o conhecimento como instrumento de compreensão do mundo e de si mesmo e promover uma visão ampla do mundo profissional, articulando os processos com o conhecimento, ambos inseparáveis, sempre voltados para o crescimento integral da pessoa humana.

O curso desenvolve conteúdos teórico-práticos sintonizados com o conjunto de competências e habilidades inerentes à gestão e compreensão dos processos que envolvem a gestão de atividades inerentes a atuação do Estado, bem como atividades no contexto de organizações sociais cuja missão e desenvolver ações de caráter público, garantindo, assim, ao profissional egresso o pleno domínio de sua função.

Para tanto, o aluno recebe sólida formação geral e humanística, apercebendo-se dos instrumentos indispensáveis ao enfrentamento das diferentes situações, sempre determinado a agir criteriosamente de forma a identificar os pontos relevantes e a mobilizar os recursos disponíveis para o encaminhamento de soluções, articulando-se tais pontos relevantes e tais recursos para o encaminhamento mais adequado no tocante às melhores decisões.

Em seu processo didático-pedagógico, concebido e ofertado segundo a demanda do mercado (local e regional) e apresentando conteúdos verticalizados, organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, em conformidade com a necessidade prática profissional da região e com a base científica e tecnológica, o curso deve garantir, em seu término, necessariamente, um profissional envolvido com:

- a. a responsabilidade social, a justiça e a ética profissional;
- b. a formação humanística e a visão global para compreender o meio onde está inserido e para tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- c. a formação técnica e científica para atuar no mercado e desenvolver atividades específicas da prática profissional;
- d. a compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional;

- e. a preparação para ser um agente transformador no meio profissional em que atua;
- f. o domínio da comunicação interpessoal;
- g. a capacidade para levantar, analisar e criticar documentos;
- h. a independência e a curiosidade intelectuais;
- i. a capacidade de trabalhar em equipe;
- j. a autonomia profissional e intelectual;
- k. a aptidão para superar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado e das condições do exercício profissional;
- l. a adaptação às novas e emergentes demandas do mercado em consonância com a competência teórico-prática;
- m. a competência intelectual que reflita a heterogeneidade das demandas sociais;
- n. a formação de uma consciência cultural compromissada com a preservação do meio ambiente e com sua sustentabilidade.

Em suma, o profissional formado pelo Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA está habilitado a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades privativas relacionadas a GESTÃO PÚBLICA, voltadas à compreensão dos processos que envolvem a produção e a Gestão de Políticas Públicas, possibilitando ao egresso do curso atender ou até antecipar-se às demandas do Estado ou das Organizações cujo foco é oferecer serviços para a esfera pública recorrendo a modelos de gestão inovadores, tendo sempre como condições precípuas a ética e a responsabilidade sócio-política.

### **6.3.2 Perfil Profissional Desejado**

Para o completo domínio de suas atribuições no mercado de trabalho, o profissional formado deve:

- a. possuir habilidades e competências gerenciais para atuar de forma humanística na compreensão e gestão dos negócios relacionados a esfera pública;
- b. dominar conhecimentos dos principais métodos em GESTÃO PÚBLICA, desenvolvendo modernas técnicas de planejamento, monitoramento, programação, controle e avaliação;

- c. imbuir-se de embasamento teórico e prático, referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao melhor desempenho das atividades típicas da gestão empresarial;
- d. ser capaz de identificar e analisar problemas pertinentes as atividades de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas;
- e. pensar e agir estrategicamente diante dos desafios da Gestão Pública, seja no âmbito do Estado , seja no contexto de organizações privadas voltadas para as atividades do Estado;
- f. demonstrar competências em relação aos desafios contemporâneos da Gestão Pública que permitam identificar e apresentar soluções dos problemas fundamentais que afligem gestão e a compreensão das ações do Estado na produção de Políticas Públicas;
- g. mostrar-se apto a propor novas metodologias para a definição de estratégias voltadas para o aprimoramento da compreensão e da gestão das atividades do Estado, principalmente no que se refere as Políticas Públicas.

## **7. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR**

### **7.1. Coerência do currículo com os objetivos do curso**

Ao longo de cada período, as disciplinas curriculares concentram-se sobre eixos temáticos que integram os objetivos de cada um dos objetivos geral e específicos do curso, permitindo a construção do conhecimento do aluno em bases sólidas e realistas. O desenvolvimento curricular, ao favorecer o alcance dos objetivos, possibilita não só a consideração ao contexto socioeconômico da realidade nacional, como também a ampliação da visão de mundo, amparada por teorias que sustentam a prática da gestão empresarial, em face das circunstâncias hodiernas que exigem decisões rápidas e enfrentamento de questões pertinentes à GESTÃO PÚBLICA em face de inovações tecnológicas.

### **7.2. Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso**

Como o perfil do egresso decorre do alcance dos objetivos, ao se estabelecer a coerência do currículo com esses objetivos, estabelece-se, por conseguinte, a mesma coerência entre ambos.

Assim, os conteúdos curriculares são desenvolvidos, visando às habilidades e competências necessárias ao profissional para que possa gerenciar processos empresariais de forma dinâmica, segura e mostrando-se apto ao enfrentamento das questões pertinentes à área de atuação.

### **7.3. Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais**

De acordo com o Art. 2º da Resolução CNE/CP nº03/2002, os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como **cursos superiores de tecnologia** e deverão:

- a. incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- b. incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- c. desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- d. propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- e. promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- f. adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- g. garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

O Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA (CSTGP) enquadra-se nas determinações da citada resolução, atendendo, portanto, aos preceitos da legislação em vigor, uma vez que seu currículo foi estabelecido, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

### **7.4. Adequação da Metodologia de Ensino**

O alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades. A consideração às inteligências múltiplas, à auto-estima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

Por meio do diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos e do debate sala de aula, teorias vão se consolidando para permitir que estudos de

casos, seminários e verificações *in loco* de realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para a prática profissional exitosa. Além disso, não se podem ignorar os pilares da educação para o século XXI, nem furtar-se aos parâmetros da educação planetária para tornar o educando um profissional competente e consciente de seu papel no mundo moderno.

#### **7.5 Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo**

Na concepção do currículo, as competências implícitas nos conteúdos programáticos estão refletidas no encaminhamento e no entrelaçamento didático-pedagógico das disciplinas do curso, ou seja, os trabalhos resultantes das práticas didáticas nas disciplinas de um mesmo período refletem a interdisciplinaridade tão necessária à construção do conhecimento na área de GESTÃO PÚBLICA. As disciplinas de formação geral e de formação específica articulam-se de forma a possibilitar aos alunos uma visão integralizadora entre as diversas áreas, culminando no processo transdisciplinar, exigido para a prática profissional e para a definição do perfil do egresso.

#### **7.6. Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo**

O currículo pleno do CSTGP (ANEXO I) abrange seqüência ordenada de disciplinas e atividades hierarquizadas em períodos letivos de 400 horas cada, cuja integralização dá direito ao correspondente diploma.

A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral, respeitado o mínimo de duzentos dias letivos anuais, e a duração, variando entre 40h/a e 80h/a, bem como os conteúdos das disciplinas devem estar em consonância com a carga horária total do curso, que corresponde a mil e seiscentas (1600) horas.

#### **7.7. Adequação e Atualização das Ementas e Programas das Unidades de Estudo**

As ementas das unidades de ensino (Anexo II) são adequadas e atualizadas periodicamente, considerando não só os avanços conceituais da área, como também os interesses profissionais dos alunos em relação ao mercado de trabalho e à evolução conceitual, metodológica e tecnológica que impulsiona a GESTÃO PÚBLICA no contexto sócio-econômico cada vez mais dinâmico e competitivo.

As decisões sobre as atualizações decorrem das reuniões do Conselho do Curso, realizadas semestralmente e materializadas nos Planos de Ensino, após aprovação das instâncias superiores.

### **7.8. Adequação e Atualização da Bibliografia**

A bibliografia relacionada por disciplina (Anexo II) é atualizada em decorrência de verificação periódica dos Planos de Ensino, conforme política de aquisição e atualização do acervo da Biblioteca. A instituição possibilita que editaras e autores de obras técnico-científicas divulguem seus lançamentos aos professores, permitindo-lhes aquilatar o teor dessas obras.

### **7.9. Coerência do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo com a Proposta Curricular**

#### **7.9.1 Pessoal Técnico**

O pessoal técnico de apoio é formado por uma equipe de alunos-estagiários dos diversos cursos e profissionais selecionados pela própria Instituição, conforme a necessidade do curso.

Há um funcionário técnico-administrativo para Pró-Reitoria de Graduação e Qualidade de Ensino, um para a Coordenadoria do Curso, um para a Coordenadoria-Adjunta, seis para a Secretaria Acadêmica e um para CPA – instâncias envolvidas diretamente no gerenciamento dos cursos de graduação.

Quanto ao suporte ao usuário dos laboratórios, da sala dos professores, e demais setores administrativo-pedagógicos, a equipe de manutenção e instalação dos equipamentos e softwares é assim composta:

- um estagiário de sistemas de Informação (08h00min às 13h00min);
- um estagiário de sistemas de Informação (13h00min às 18h00min);
- um estagiário de sistemas de Informação (18h00min às 22h30min);
- um técnico em informática (08h00min às 18h00min); e
- dois técnicos em informática (14h00min às 22h30min).

Para a implementação da Biblioteca, em ambos os Campus, alocam-se:

- um Bibliotecário-chefe;
- onze auxiliares de biblioteca;
- dois recepcionistas;
- dois vigias;
- dois auxiliares de serviços gerais.

Os auxiliares e assistentes possuem como pré-requisito o curso de Auxiliar de Biblioteca, realizado pela Associação de Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF.

Semestralmente, são realizados cursos de capacitação em redação empresarial, conservação, restauração de documentos e cursos de pesquisa em bases de dados, além de programas de qualificação no atendimento aos usuários.

A instituição oferece bolsa de estudo para aqueles que desejarem cursar o nível superior, em área oferecida pela IES, no valor de 70% para os que possuem rendimento até R\$1.000,00 (mil reais) e 50% de bolsa para os que possuem rendimento acima de R\$1.000,00 (mil reais).

### **7.9.2 Pessoal Docente**

O corpo docente do Centro Universitário Euro-Americano é constituído de professores que, além de reunirem qualidades de educadores e pesquisadores, assumem o compromisso de respeitar os princípios e os valores institucionais.

A seleção do corpo docente é realizada com base nas normas fixadas pelo Conselho Superior – CONSU, os contratados são efetivados por indicação da Coordenadoria de Curso, respeitadas a legislação vigente e as normas de recrutamento, seleção e admissão fixadas, desde que comprovada a necessidade da contratação de docentes, após o exame das credenciais dos interessados.

O regime de trabalho dos professores é disciplinado no Plano de Carreira Docente, respeitada a legislação trabalhista.

O quadro docente do UNIEURO é integrado por:

- a. – Professor Doutor: aquele que possui título de doutor, obtido em curso nacional ou equivalente estrangeiro, ou de livre-docente;
- b. – Professor Mestre: aquele que possui título de mestre, obtido em curso de pós-graduação *stricto sensu* nacional ou equivalente estrangeiro; e
- c. – Professor Especialista: aquele que possui certificado de especialização, em nível de pós-graduação *lato sensu*, na área em que irá atuar, de acordo com a legislação vigente, com o mínimo de trezentos e sessenta horas-aula.

Em caráter emergencial poderá ser contratado professor somente com a graduação, na sua área de atuação, desde que com experiência profissional igual ou superior a cinco anos, podendo permanecer nessa categoria por, no máximo, um ano.

Também, poderão ser contratados Professores Visitantes e Professores Colaboradores, em caráter eventual ou por tempo determinado.

A presença do professor às reuniões do Colegiado de Curso ao qual pertença é obrigatória e inerente à função docente.

Ao professor poderá ser concedida licença para estudo, de acordo com normas estabelecidas pelo CONSU.

São atribuições dos membros do quadro docente:

- a. assumir, por designação da Coordenadoria do respectivo Curso, encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- b. assumir, superintender e fiscalizar o processo de docência, de pesquisa, de extensão e da avaliação da aprendizagem no âmbito da disciplina de que for responsável;
- c. observar as normas estabelecidas e a orientação dos órgãos administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento da carga horária e do programa de ensino;
- d. encaminhar à Coordenadoria do respectivo Curso, antes do início de cada período letivo, os planos de ensino e atividades a seu encargo;
- e. cumprir fielmente os horários estabelecidos para suas aulas, registrando a freqüência dos alunos no diário de classe e o desenvolvimento do conteúdo programático da disciplina;
- f. encaminhar à Coordenadoria do Curso os resultados do trabalho escolar de cada um dos seus alunos em termos de freqüência e aproveitamento, conforme periodicidade estabelecida no início de cada semestre letivo;
- g. participar das reuniões, para as quais for convocado;
- h. cumprir os encargos e participar de comissões sempre que indicado, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ao professor é assegurado:

- a. reconhecimento como competente em sua área de atuação;
- b. acesso a seu aprimoramento profissional;
- c. infra-estrutura adequada ao exercício profissional;
- d. remuneração compatível com sua qualificação;
- e. participação no processo de elaboração do projeto institucional e no projeto pedagógico do curso.

Os professores indicados para a composição do corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA, encontram-se listados no ANEXO III.

### **7.9.3. COORDENADORIAS**

A implantação e a implementação do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA está a cargo das Coordenadorias do Curso.

#### **7.9.4 Coordenadoria do Curso**

A Coordenadoria de Curso é exercida por um professor, designado pelo Reitor, atendidas as normas específicas.

Compete ao Coordenador de Curso:

- a. exercer a supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso e representá-lo;
- b. cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e normas emanadas do Conselho de Curso e dos órgãos superiores;
- c. integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso;
- d. supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas;
- e. decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades;
- f. exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso;
- g. tomar decisões *ad referendum* do Conselho de Curso, em casos de urgência ou emergência comprovados;
- h. designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos;
- i. acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;
- j. zelar pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- k. emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos;
- l. cumprir e fazer cumprir as normas constantes deste Estatuto e do Regimento Geral, assim como da legislação pertinente, emanada dos órgãos superiores;
- m. sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso;

- n. desenvolver ações para avaliação permanente das funções do Curso e de suas atividades de apoio técnico-administrativo;
- o. delegar competência.

O responsável pela gestão do Curso deve estar apto a liderar, como presidente do colegiado, com a participação de todos os membros da comunidade acadêmica do curso (alunos, professores e pessoal não-docente), a construção do projeto pedagógico do curso, especialmente, a definição da missão, dos objetivos, do perfil profissional desejado e o estabelecimento de políticas, diretrizes, ações e metas da sua unidade.

Deve, ainda, cumprir três requisitos básicos para o êxito:

- a. ser proativo;
- b. ser criativo;
- c. ser obsessivo pela qualidade.

Deverá, ainda, o Coordenador do Curso, apresentar as seguintes competências e habilidades básicas:

A. competência para:

- a. liderar pessoas e trabalhar em equipe;
- b. planejar e empreender, com visão de futuro, o seu negócio – o Curso como unidade acadêmico-administrativa;
- c. gerir o Curso com visão estratégica do negócio e das pessoas que compõem a sua clientela – alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, diretamente subordinados a sua unidade, demais membros da comunidade acadêmica e a comunidade social;
- d. acompanhar e avaliar o desempenho do Curso e das pessoas nele envolvidas, diretamente ou indiretamente.

B. habilidade para:

- a. entender e tratar o Curso como uma unidade de negócio, que tem clientes – internos e externos – e deve apresentar resultados positivos, para obter êxito e, no mínimo, sobreviver;
- b. analisar fatos para identificar oportunidades e riscos no ambiente (interno e externo) e os pontos fortes e fracos do Curso, com vistas

- à concorrência e à formulação e implementação de políticas, estratégias, ações e metas;
- c. relacionar-se com as pessoas, utilizando todo o potencial dos valores humanos sob sua coordenação para o desenvolvimento harmonioso, eficiente e eficaz do Curso;
  - d. relacionar-se com instituições, interna e externamente, articulando parcerias e apoios – financeiro, institucional, promocional etc. – que possibilitem a melhoria de desempenho do Curso e do seu próprio desempenho;
  - e. utilizar as tecnologias da informação como instrumentos de apoio aos processos de planejamento, avaliação e gestão acadêmico-administrativo;
  - f. acompanhar, analisar, interpretar e aplicar a legislação e normas do ensino superior;
  - g. acompanhar, analisar e avaliar o projeto pedagógico do Curso, promovendo eventos destinados a sua atualização e reformulação;
  - h. comunicar-se adequada e corretamente com as comunidades acadêmica e social;
  - i. analisar, interpretar e aplicar indicadores e padrões educacionais que assegurem a qualidade da oferta dos serviços e do processo de aprendizagem;
  - j. negociar e tomar decisões levando em consideração todos os aspectos do Curso e a importância do mesmo para as pessoas nele envolvidas e para o UNIEURO.

O Coordenador de Curso, como gestor de processos acadêmico-administrativos, deve possuir capacidades e habilidades para o desenvolvimento de sua unidade, a partir das atribuições definidas no Estatuto do UNIEURO e nos indicadores e padrões de qualidade fixados pelo MEC. Deve, porém, administrar sua unidade de negócio com visão estratégica, explorando as condições favoráveis, com o fim de alcançar objetivos específicos, a partir do planejamento institucional e do Curso.

São identificadas as seguintes atribuições para a administração geral do Curso:

- a. planejar e gerir estrategicamente todas as atividades do Curso, representando-o junto aos demais órgãos acadêmico-administrativos da

- instituição, aos cursos congêneres e às organizações educacionais, culturais e científicas de sua área de interesse;
- b. exercer a liderança, contribuir para a motivação das pessoas, objetivando o exercício de suas funções e o desenvolvimento individual, e para a inovação permanente das ações do Curso, estimulando idéias e iniciativas dos valores humanos sob sua coordenação;
  - c. participar da elaboração do projeto institucional-pedagógico, do planejamento estratégico da instituição, assim como do programa de avaliação institucional;
  - d. assessorar o seu superior imediato nos assuntos da competência do Curso, mantendo-o informado sobre ocorrências que possam influir, positiva ou negativamente, no desempenho institucional;
  - e. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
  - f. propor ou encaminhar proposta, na forma estatutária ou regimental, para a criação de cursos de extensão, seqüenciais, de tecnologia ou de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, de iniciação científica e de extensão ou eventos extracurriculares, culturais, artísticos ou desportivos;
  - g. exercer o poder disciplinar, na forma do Estatuto e do Regimento Geral;
  - h. sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e à melhoria da qualidade dos serviços do Curso e do UNIEURO;
  - i. responsabilizar-se pela qualidade dos serviços do Curso, contribuindo para a melhoria contínua dos mesmos;
  - j. promover reuniões semanais (no máximo, quinzenais) com os seus principais colaboradores (coordenadores de estágio, de iniciação científica, de monografias ou projetos experimentais, de extensão, de pós-graduação, de cursos seqüenciais, secretário etc.), a fim de manter-se atualizado, em relação às atividades sob sua supervisão, e de manter a equipe unida e coesa em torno da missão e dos objetivos do Curso;
  - k. manter permanente articulação com os dirigentes de órgãos e serviços da instituição, encarregados da conservação, manutenção e melhoria das instalações, mobiliário, equipamentos e aparelhos, destinados ao suporte das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
  - l. fixar as normas internas de funcionamento do Curso;
  - m. elaborar relatório semestral das atividades do Curso;

- n. participar dos principais eventos, nacionais e internacionais, de interesse do Curso e das profissões dele decorrentes;
- o. reservar horários, diários ou semanais, para atendimento a alunos, professores, empresários, demais pessoas da comunidade; a organização de seu tempo é importante para a eficiência e eficácia de seu desempenho;
- p. definir metas semestrais ou anuais, a partir das reuniões/decisões do colegiado e dos objetivos do Curso, subordinadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional; acompanhar sua execução e avaliá-las; oferecer à comunidade do Curso informações sobre a superação (parcial ou total) ou não-cumprimento das metas; propor alterações;
- q. criar clima organizacional, no âmbito do Curso, favorável à aceitação e produção de mudanças, inovações e à criatividade; um bom ambiente de trabalho é indispensável ao êxito de qualquer projeto ou empreendimento;
- r. utilizar, sempre que possível, o correio eletrônico (*e-mail*) para as comunicações internas e externas; é um meio rápido e eficiente de transmissão de dados, mensagens e informações, sem necessidade de burocracia;
- s. integrar-se no processo de avaliação institucional e promover, periodicamente, o processo de auto-avaliação do curso, tendo presente os indicadores e padrões de qualidade fixados pelo MEC e os estabelecidos pelo próprio Curso, por intermédio do colegiado;
- t. atuar ativamente para a melhoria da adimplência dos alunos.

Como gestor das atividades acadêmico-científicas do Curso, o Coordenador exercerá múltiplas funções, desde a recepção de alunos, no início das atividades acadêmicas, até a diplomação, passando por etapas em que envolvem questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

#### **7.9.5 Coordenadoria-Adjunta**

Compete à Coordenadoria-Adjunta gerir o curso, em ação conjunta com a Coordenadoria do Curso e representar o Coordenador do Curso em seus impedimentos.

O Coordenador-Adjunto será nomeado pelo Reitor, mediante indicação do Coordenador titular do curso.

### 7.9.6 CONSELHO DE CURSO

O Conselho de Curso, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, criado pela Portaria nº 012/2005, de 1º de maio de 2005, atuará segundo as atribuições definidas no artigo 15 do Regimento do Centro Universitário Euro-Americano e será constituído:

- pelo Coordenador do Curso, que o preside;
- pelo Coordenador-Adjunto;
- por dois professores do curso;
- por um representante do corpo discente do curso, indicado pelo Centro Acadêmico.

Compete ao Conselho de Curso:

- a. definir o projeto pedagógico do curso de graduação, com atualização contínua;
- b. sugerir alterações no currículo do curso e deliberar sobre o conteúdo programático de cada disciplina e atividade;
- c. promover a avaliação periódica do curso, na forma definida pela administração superior, integrando-se ao sistema de avaliação institucional;
- d. decidir, em grau de recurso, sobre aceitação de matrículas de alunos transferidos ou portadores de diplomas de graduação, aproveitamento de estudos, adaptação e dispensa de disciplinas, de acordo com este Estatuto, o Regimento Geral e demais normas aplicáveis;
- e. deliberar, em primeira instância, sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão de sua área;
- f. desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- g. promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento de seu quadro docente, assim como, indicar, à Reitoria, professores para participarem de cursos de pós-graduação;
- h. exercer as demais funções que lhe forem delegadas.

O Conselho de Curso deverá reunir-se, em sessão ordinária, duas vezes ao semestre letivo e, em sessão extraordinária, sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso.

Ao longo de cada período, as disciplinas encontram um eixo de atuação que integra os objetivos de cada uma na construção do conhecimento do aluno. Assim, a estrutura curricular é composta por disciplinas que possuem uma articulação vertical que possibilita aos alunos uma visão integralizadora entre as diversas áreas, contribuindo para a formação de competências e habilidades e ensejando a definição do perfil profissiográfico do egresso. A coerência do currículo também é contemplada pelo princípio da horizontalidade, permitindo-se ao aluno um conhecimento interdisciplinar, cumulativo e harmonizado com as diretrizes curriculares nacionais.

#### **7.10 Coerência dos Recursos Materiais específicos (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) do curso com a proposta curricular.**

##### **7.10.1 Instalações**

###### **Campus I**

O Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO) oferece serviços educacionais aos alunos do CSTGP em suas instalações do Campus I, na Avenida das Nações, Trecho 0, Conjunto 5, no Plano Piloto e no Campus II, localizado na Avenida das Castanheiras nº 3.700, em Águas Claras (cidade satélite do Distrito Federal).

O Centro Universitário EURO-AMERICANO, em seu Campus I, com área total de 60.000m<sup>2</sup>, oferece serviços educacionais nas seguintes serventias construídas, totalizando 38.426m<sup>2</sup>, assim distribuídos:

- **Bloco A** – salas de aula, laboratórios, sanitários e outras áreas destinadas ao ensino com 3.978m<sup>2</sup>.
- **Bloco B** – salas de aula, sala dos professores, laboratórios, sanitários e outras áreas de ensino com 6.484m<sup>2</sup>.
- **Bloco C** – salas de aula e sanitários, com 2.592m<sup>2</sup>.
- **Bloco D** – salas de aula e sanitários com 4.536m<sup>2</sup>.
- **Bloco E** – salas de aula e sanitários, com 1.577m<sup>2</sup>.
- Espaços administrativos/Biblioteca/Auditório num conjunto predial de 2.450m<sup>2</sup>.

- Quadras de Esportes, que totalizam 2.500m<sup>2</sup>.
- Estacionamentos: externos com 10.400m<sup>2</sup>, e internos com 9.542m<sup>2</sup>.
- Passarelas: 276m<sup>2</sup>.
- Corredores e sanitários 786m<sup>2</sup>.
- Pavilhão de eventos 675m<sup>2</sup>.

## **Campus II**

O Centro Universitário EURO-AMERICANO oferece serviços educacionais, no Campus II, com área total de 63.509,90m<sup>2</sup> com as seguintes serventias construídas (área predial), totalizando 12.407m<sup>2</sup>, assim distribuídos:

- **Bloco A** – salas de aula, laboratórios, sanitários e outras áreas destinadas ao ensino com 1.120m<sup>2</sup>.
- **Bloco B** – salas de aula, laboratórios, sanitários, auditório e outras áreas destinadas ao ensino com 1.120m<sup>2</sup>,
- **Bloco C** – salas de aula, laboratórios, sanitários e outras áreas destinadas ao ensino com 4.480m<sup>2</sup>.
- **Bloco D** – salas de aula, laboratórios, sanitários e outras áreas destinadas ao ensino com 2.800m<sup>2</sup>.
- Biblioteca com 484,50m<sup>2</sup>.
- Áreas destinadas a práticas desportivas (quadras e campos de futebol), com 8.745m<sup>2</sup>.
- Estacionamentos: para professores, funcionários e alunos com 49.337m<sup>2</sup>.
- Áreas de vivência e lazer 1.980m<sup>2</sup>.

O UNIEURO disponibiliza ao aluno portador de necessidades especiais, com deficiência física, a infra-estrutura adequada em conformidade com a Lei 2105 de 08.10.98, seção 04, artigos 122 a 125, disponibilizando preferencialmente, à turma do estudante com deficiência locomotora, salas de aula no andar térreo.

### **7.10.2 Equipamentos**

A Instituição disponibiliza aos docentes e alunos do CSTGP recursos audiovisuais necessários e suficientes para a eficácia do processo de ensino e de aprendizagem, tais como: projetor multimídia, projetores de slides, aparelhos de

DVD e de vídeo cassete, TVs, retro-projetores, caixa de retorno, caixas amplificadoras de som, microfones, caixas de som, mesa de som, entre outros.

Aos alunos portadores de necessidades especiais, com deficiência visual, são disponibilizados: máquina de datilografia *braille*, impressora *braille* acoplada a computador, *scanner*, *software* de ampliação de tela, sistema de síntese de voz, gravador, fotocopiadora ampliadora de textos, equipamento para ampliação de texto destinado a aluno com visão subnormal, lupas e régua de leitura.

### 7.10.3 Recursos tecnológicos

A Instituição disponibiliza ao corpo docente do CSTGP, na sala dos professores, nas Unidades I e II, os seguintes recursos tecnológicos:

- 6 terminais conectados à *internet*;
- uma impressora HP-1320, com livre cota de reprodução;
- 2 pontos livres para acesso à *internet*, por meio de *notebooks*;
- Acesso à *internet* por sistema *wireless*.

Tais recursos tecnológicos possibilitam ao professor, em sua jornada de trabalho, com a utilização do *site* da Instituição, disponibilizar o plano de ensino de sua disciplina a ministrar, materiais didáticos e avisos aos alunos, bem como conectar-se ao banco de dados PROQUEST para pesquisa e produção científica, e, também, manter atualizado o diário eletrônico de frequência dos alunos, registrar as unidades programáticas trabalhadas em sala de aula e atender às demandas de relatórios pedagógicos de desempenho dos alunos, junto à Coordenadoria de Curso. Para isso, cada professor recebe uma senha e um e-mail personalizados, que permitem acesso ao *site* da Instituição a qualquer hora, de qualquer lugar, de qualquer computador com acesso à *internet*.

Aos alunos do CSTGP disponibilizam-se equipamentos para uso acadêmico, das 08h00 às 22h35, instalados em dois laboratórios, adotando-se a forma de licenciamento *MSDN Academic Alliance* junto à *Microsoft*, que permite a instalação ilimitada de inúmeros softwares, incluindo o fornecimento de licenças para alunos, versões *betas* de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

Os laboratórios são dotados de *software NetOp School* que dão ao professor controle total sobre a aula, por meio de funcionalidades como: bloquear a estação do aluno, visualizar a tela do aluno, reproduzir nos computadores dos alunos a mesma imagem do seu computador, entre outras possibilidades. Está instalado,

ainda, um filtro de conteúdo, constantemente atualizado, não permitindo acesso a *sites* de conteúdo pornográficos ou inadequados.

A utilização da Internet na forma de contas de e-mail e horas de pesquisa, nos laboratórios e sala dos professores, é gratuita e ilimitada para professores, porém limitada aos alunos. Tal limitação leva em conta o *hardware* disponível, sua quantidade, capacidade e utilização. A atual velocidade do link e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa acompanha a demanda e evolução do quantitativo de alunos, para que a eles se possibilite um ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

Atualmente, o Centro Universitário conta com um link dedicado de 1 Mega com a Brasil Telecom.

A reposição ou atualização dos equipamentos é efetivada por meio da análise do resultado avaliativo semestral, envolvendo o Gerente do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), técnicos em Informática, coordenador dos laboratórios e estagiários, sendo esses dois últimos os responsáveis por captar diretamente dos professores e alunos informações quanto à adequação da capacidade dos equipamentos e dos softwares utilizados segundo as necessidades das disciplinas a serem ofertadas.

Os *softwares* a serem utilizados nos laboratórios são atualizados de acordo com as solicitações do corpo docente, o mesmo acontecendo com *hardwares* específicos, servidores, *roteadores* etc. Os micros computadores comuns são mantidos até que seus recursos suportem com folga a configuração requerida pelos softwares, ou aproximadamente a cada três anos, já que, atualmente, configura-se precipitação fazer qualquer planejamento sobre esses dois itens (*hardware* e *software*), porém a atualização está calcada sempre de acordo com a necessidade do mercado e o surgimento de novas tecnologias.

Considerando o capital humano como decifrador de códigos e recursos tecnológicos em potencial, o UNIEURO disponibiliza ao aluno portador de necessidades especiais, com deficiência auditiva, um intérprete de língua de sinais/ língua portuguesa, contratado em regime de tempo integral, para atuar durante a realização de provas ou de sua revisão, e também na complementação da avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno, no modelo já praticado em outros cursos da instituição.

#### **7.10.4 Infra-estrutura de Segurança**

O UNIEURO garante infra-estrutura de segurança a toda comunidade acadêmica, por meio de três vertentes:

- a. Segurança Patrimonial – realizada por funcionários da própria Instituição;
- b. Serviço de Vigilância – realizado por funcionários da própria Instituição, no regime de 12x36h, de segunda a sábado;
- c. Prevenção de incêndio e de acidentes no trabalho – desenvolvida pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) pelo levantamento das necessidades institucionais no que diz respeito à segurança do trabalho e higienização do ambiente de trabalho.

#### **7.10.5 Manutenção e Conservação dos Equipamentos**

Ao detectar alguma disfunção no equipamento ou em algum recurso tecnológico, o coordenador ou funcionário, dá abertura à Ordem de Serviço, via site, junto ao NTI. O técnico em informática avalia o defeito e, se for o caso, presta a devida manutenção no equipamento imediatamente. Em caso de necessidade de abertura do equipamento, se dentro da garantia, é remetido aos revendedores; os demais são movidos até o NTI para que seja realizada a manutenção pelo próprio técnico ou a substituição de placas, se necessário. Caso o período de manutenção do equipamento seja superior a três dias, por motivos adversos, como substituição de componentes, ele é substituído por outro equipamento até que o problema seja solucionado.

Em períodos de férias (julho e janeiro), é efetivada a manutenção preventiva e a vistoria dos equipamentos, colocando-os em pleno uso durante o semestre letivo.

#### **7.10.6 Biblioteca**

Os alunos do CSTGP contam com infra-estrutura de duas bibliotecas para seus estudos individuais ou coletivos, nas Unidades I (Plano Piloto) e II (Águas Claras). Nesses ambientes, a Instituição disponibiliza à comunidade acadêmica amplo espaço de leitura e áreas de estudo individual ou em grupo, com sistema de segurança, climatização, mobiliários e equipamentos. Para portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção, o UNIEURO possui rampas e portas especiais para acesso aos ambientes, segundo normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como um terminal de consulta exclusivo para tais usuários, além de serviço de atendimento preferencial.

A Instituição possibilita aos alunos, professores e funcionários fazerem pesquisas bibliográficas, via *internet*, por meio dos computadores instalados para esse fim e o acesso ao acervo está disponível para consulta local, remota e domiciliarmente por meio do site do UNIEURO. A comunidade acadêmica pode

agendar empréstimos, efetuar reservas e renovações e acompanhar sua situação na biblioteca, com código e senha pessoais intransferíveis. O catálogo geral encontra-se totalmente informatizado, permitindo a consulta por autor, título e/ou assunto. O processamento técnico dos documentos é feito mediante instrumentos-padrão de descrição: o AACR2 como código de catalogação e a CDU como sistema de classificação bibliográfica. Todos os documentos disponíveis para empréstimo estão preparados com etiqueta de lombada, segundo normas e procedimentos da instituição.

Há um acervo específico para os alunos do CSTGP, em conformidade com os títulos indicados na bibliografia básica e complementar do curso, além dos materiais de referência (dicionários, enciclopédias, atlas), anais, teses, obras clássicas, folhetos e mapas.

No aspecto relativo a periódicos, é assinada a base de dados de periódicos científicos – o PROQUEST, com publicações internacionais, utilizando-se das bases de dados gratuitas, como a *Scielo* em língua portuguesa ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) e Capes. São disponibilizadas, ainda, Revista de Administração da USP - RAUSP, Revista de Administração Pública – RAP, Revista de Administração Contemporânea – RAC, Revista de Administração de Empresa - RAE e a Revista ANGRED com avaliação A no conceito da Qualis do MEC. Ainda, pelo *site intraeuro*, os alunos do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA podem acessar a Revista Eletrônica *Hegemonia vols. 01 e 02*, a *Revistas Criatividade, Inovação e Competitividade* e a *Consilium* do curso de Direito, de publicação própria, Política Externa, Revista de Comércio Exterior RBCE e Revista *Universitas: Relações Internacionais, Diplomacia, Estratégia e Política*.

O acervo em multimídia à disposição dos alunos e professores do CSTGP consta de 821 títulos e 2.434 exemplares de multimídias, entre eles Fitas de vídeo, CD-Rom, Disquetes, Fita cassete, Fita de vídeo e DVD com assuntos relativos aos cursos existentes no UNIEURO. São ofertados em CD: 2 títulos e 20 exemplares, e das áreas correlatas, como Direito são disponibilizados 203 títulos e 448 exemplares; disquetes: 29 títulos e 30 exemplares; fita cassete: 1 título e 3 exemplares; fitas de vídeo: 37 títulos e 70 exemplares; e, de Administração - CD: 22 títulos e 141 exemplares, fita cassete: 1 título e 3 exemplares; fitas de vídeo: 95 títulos e 136 exemplares.

A comunidade acadêmica do CSTGP conta com as assinaturas de revistas e jornais, tais como: as semanais – Veja, Isto é, Época Revista Jurídica *Justilex*; as mensais – Exame, Isto é, Dinheiro; HSM Management e Harvard Business Riview,

bimestrais; e as assinaturas dos jornais diários: Folha de São Paulo, O Globo, Gazeta Mercantil, Valor Econômico e Correio Braziliense.

Prevê-se, em caso de atendimento ao aluno portador de necessidades especiais, com deficiência visual, a aquisição de acervo bibliográfico de conteúdo básico em *braille* e em fitas de áudio.

O aluno do CSTGP pode freqüentar a biblioteca da Unidade I (Asa Sul) de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 22h30 e aos sábados, das 8h às 18h00; e a da Unidade II (Águas Claras) de segunda-feira a sexta-feira das 07h30 às 22h00 e, aos sábados, de 8h00 às 12h00.

Além disso, o aluno do CSTGP contar com diversos serviços domiciliares via Internet, como a reserva de livros disponíveis, de livros emprestados e renovação da data de devolução.

A existência de terminais de consulta, dentro da Biblioteca e via remota, agiliza o acesso ao acervo. Os alunos contam com a colaboração dos auxiliares técnicos especializados, além da orientação da bibliotecária para apresentar as obras de interesse para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

O empréstimo domiciliar vem-se caracterizando como serviço mais procurado pela comunidade acadêmica. Quanto aos documentos não-passíveis de empréstimo domiciliar (cativos, periódicos, obras clássicas e referências), será facultada ao aluno a consulta local ou para a cópia de partes do documento, por meio do serviço de fotocópia interna à IES. O aluno pode ainda usufruir do serviço de empréstimo entre as bibliotecas (InterUnidades), desde que possua cadastro no sistema, facultado o cadastramento no ato da necessidade do empréstimo, caso não estiver cadastrado. A biblioteca oferece, ainda, o serviço de comutação bibliográfica, pela base de dados do COMUT, no país e no exterior.

Um outro serviço ofertado ao aluno de CSTGP caracteriza-se no apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos. No início de cada semestre, a bibliotecária-chefe profere palestras acerca do funcionamento da biblioteca e sobre "Fichas catalográficas e a importância da normalização de documentos", para os formandos e alunos interessados, demonstrando os serviços de apoio da biblioteca no uso da normalização em monografias e projetos, de acordo com as normas da ABNT impressas.

### **7.11 Estratégias de Flexibilização Curricular**

Experiências anteriores – em instituições e na prática profissional – diretamente ligadas ao desempenho profissional dos alunos, matriculados em

qualquer período letivo dos cursos superiores de tecnologia, ministrados pelo Centro Universitário Euro-Americano, são passíveis de aproveitamento:

- A. mediante análise e avaliação do processo pela coordenação do curso, tendo a participação dos professores das áreas-objeto de aproveitamento, levando-se em consideração conteúdo, duração, abrangência, pertinência e compatibilidade com a formação e o perfil profissional pretendidos;
- B. mediante fixação, pelo Colegiado de Curso, de critérios para os seguintes aspectos:
  - a. pontuação;
  - b. conteúdo e duração a serem aproveitados e sua relação com a disciplina ou com a prática curricular;
  - c. forma de complementação de conteúdos e duração necessários para o atendimento ao currículo do curso.

O aproveitamento, conforme os critérios apresentados acima, deve ser requerido até o quinto dia útil posterior à matrícula do aluno.

O requerimento deve ser acompanhado de certificado, certidão, atestado, declaração ou outro documento que comprove a experiência alegada e deve ser firmado pelo responsável pela instituição ou empresa.

Ao Coordenador do Curso cabe instruir o processo, ouvir os professores responsáveis pelas disciplinas ou práticas envolvidas no aproveitamento pretendido e o parecer deve indicar o conteúdo curricular e programático e a carga horária a ser aproveitados bem como possíveis complementações. Após sua instrução, o processo deve ser submetido à deliberação do Colegiado de Curso pelo respectivo Coordenador. Caso a deliberação seja favorável, cabe ao Coordenador:

- a. determinar os registros acadêmicos necessários na ficha individual do aluno;
- b. promover as ações indispensáveis à concretização do aproveitamento deferido.

Às decisões do Colegiado de Curso cabe recurso, em instância final, na área administrativa, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Centro Universitário Euro-Americano, no prazo máximo de vinte dias úteis, a contar da ciência, pelo interessado, da decisão tomada. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Curso, mediante proposta de seu Coordenador.

Aplicam-se ao CSTGP as normas vigentes para os cursos de graduação no que se refere à verificação da frequência, da aprendizagem e ao aproveitamento de estudos.

Podem ser aproveitadas, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da carga horária mínima do curso, competências profissionais adquiridas conjuntamente:

- a. com outros cursos de nível superior;
- b. com cursos de nível técnico até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária;
- c. com o próprio ambiente de trabalho do aluno, ou por outros meios informais, desde que reconhecidas mediante processos formais de certificação.

## **8. AVALIAÇÃO**

### **8.1 forma de acesso ao curso**

O acesso de novos ingressantes ao CSTGP realiza-se por meio de Processo Seletivo (Vestibular), específico para o curso, de acordo com as normas do processo seletivo fixadas pelo Conselho Universitário (CONSU), assegurado o cumprimento da legislação vigente, aproveitando-se, para efeito de classificação, o resultado do ENEM, caso o candidato manifeste seu interesse em fazê-lo.

Também, admite-se, como ingressante, sem necessidade do Processo Seletivo (Vestibular), candidato diplomado, comprovadamente, em outro curso superior, ou transferido de outra Instituição de Educação Superior, mediante análise do Histórico Escolar e Planos das Disciplinas do curso concluído, ou a concluir, ou por meio de transferência *ex-officio*.

Outras modalidades de ingressante, sem necessidade do Processo Seletivo (Vestibular), resultam de mudança de curso dentro da Instituição, acordos internacionais, ou, ainda, por meio de reabertura de matrícula a aluno que havia deixado de freqüentar o curso (por abandono, trancamento geral, por motivo de saúde etc.) e que venha a solicitar formalmente a sua readmissão como aluno regular do CSTGP.

### **8.2 Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem com a concepção do curso**

A concepção de avaliação que norteia o processo ensino-aprendizagem do curso inspira-se no modelo que utiliza a avaliação como mediadora do processo de promoção humana.

Tem-se verificado o interesse coletivo em privilegiar propostas de avaliação continuada de aprendizagem com a utilização de diferentes instrumentos ao longo do semestre letivo: a avaliação sendo um processo contínuo de coleta e análise de dados deve ser realizada por meio de técnicas e instrumentos diversos, dependendo dos objetivos propostos.

Sendo a avaliação um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem são atingidos, o professor é que define o ato de avaliar os resultados de sua interação com a turma e a desta com a disciplina. A existência da avaliação continuada permite o acompanhamento, por parte da coordenação, do comprometimento do corpo docente com a filosofia do curso e da responsabilidade do estudante como autor na construção do processo avaliativo.

Neste sentido, o Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA, do Centro Universitário Euro-Americano, preconiza a importância do professor e do aluno como peças essenciais para se atingir o projeto institucional de qualidade.

O sistema utilizado vislumbra aspectos que contribuem para o aprimoramento constante do curso, tais como:

- a. a relação entre a teoria e a prática profissional em cada disciplina;
- b. a didática;
- c. o planejamento estratégico educacional;
- d. a administração educacional;
- e. a adequação da carga horária das disciplinas ao conteúdo tratado em sala de aula;
- f. a disponibilidade do professor.

O sistema de avaliação também visa à elucidação da relação entre o conhecimento adquirido e o perfil desejado do egresso. Em contrapartida, a coerência da retroalimentação nos processos de auto-avaliação contribui com o aprimoramento constante do curso, indicando caminhos para novos projetos e programas internos.

Ao selecionar as técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem, o docente considera:

- a. os objetivos que definiu para o ensino-aprendizagem;
- b. a natureza do componente curricular ou área de estudo;
- c. os métodos e procedimentos utilizados no desenvolvimento da disciplina;
- d. as condições de realização: tempo, recursos, espaço físico etc.;
- e. o número de alunos por turma.

Como exemplos de técnicas/instrumentos para se verificar o desenvolvimento cognitivo/afetivo do estudante, destacam-se: observação, auto-avaliação, entrevista, apresentação de seminários, debates, painéis, testes, provas, visitas técnicas, projetos, entre outros, e os procedimentos de avaliação contidos no plano de aula de cada disciplina contemplam os seguintes critérios:

- a. motivação e incentivo;
- b. estabelecimento dos objetivos;
- c. adequação dos conteúdos;
- d. clareza de apresentação;
- e. ordenação e conhecimento do assunto;

- f. adequação da linguagem e recursos didáticos;
- g. capacidade de síntese;
- h. flexibilidade na utilização do planejamento.

### **8.3 Articulação da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional**

Com o intuito de averiguar a qualidade do ensino ofertado para a melhoria da efetividade acadêmica e social, frente aos compromissos e responsabilidades sociais institucionais, o CSTGP é avaliado, sistematicamente, por meio de duas estratégias:

- a. auto-avaliação dos cursos;
- b. avaliação qualitativa.

A auto-avaliação dos cursos consiste em mecanismo auto-reflexivo das políticas e ações implementadas no curso, em consonância com as diretrizes instituídas pela comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, visando à identificação dos pontos fortes e fracos do curso, para o autoconhecimento das fortalezas e tomada de decisão das estratégias para a correção das debilidades.

As categorias de indicadores dessa auto-avaliação do curso constituem-se dos seguintes itens (vide formulário – ANEXO V):

- a. Organização didático-pedagógica – atuação, formação, experiência do Coordenador do Curso; composição e funcionamento do colegiado de curso; articulação entre PPC e PDI; performance do currículo e flexibilização; procedimentos de avaliação; adequação e abrangência das atividades acadêmicas para a formação do aluno; planejamento e implementação das atividades complementares; desempenho dos alunos no ENADE.
- b. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo – formação, atuação nas atividades acadêmicas, experiência acadêmica e profissional e capacidade produtiva científica dos docentes;
- c. Instalações físicas – adequação do acervo bibliográfico à proposta do curso; nível de adequação dos ambientes de aprendizagens e qualidade dos equipamentos disponibilizados para a formação geral básica e profissional.

A metodologia utilizada para essa vertente auto-avaliativa caracteriza-se pela simulação de uma comissão externa de avaliação do curso, formada por dois

professores indicados pelo Coordenador do Curso. A responsabilidade quanto à orientação e acompanhamento do processo de auto-avaliação do curso é da Comissão Própria de Avaliação - CPA, que, por sua vez, após recebimento do relatório, dá encaminhamentos às instâncias de decisão para revisão e aperfeiçoamento das políticas e ações institucionais. A periodicidade de realização dessa estratégia é cíclica e está condicionada ao período de solicitação de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

A avaliação qualitativa caracteriza-se pela busca de informações em um grupo focado – representantes de turmas – do curso, realizada semestralmente, e visa, essencialmente, investigar as disfunções de correção emergencial de caráter pedagógico e administrativo, logo no início do semestre letivo, bem como conscientizar o papel do aluno e professor no *locus universitas*.

Nessa metodologia, o papel de moderador é exercido pelo Coordenador da CPA ou Coordenador do Curso. Os depoimentos dos representantes de turmas são compatibilizados e encaminhados para a Pró-Reitoria de Graduação, visando a encaminhamentos qualitativos.

A auto-avaliação do curso articula-se com a auto-avaliação institucional, uma vez que ambas visam à consecução de objetivos comuns, relacionados à qualidade do curso do crescimento institucional.

A auto-avaliação institucional caracteriza a avaliação interna do UNIEURO, na busca de um conjunto de informações de sua própria realidade, pré-projetada no PDI, por meio da avaliação de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, tendo como referenciais as dimensões instituídas pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, quais sejam:

- a) A missão institucional e o PDI;
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da IES, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- f) Organização e gestão da IES, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- g) Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A Coordenadoria do CSTGP está constantemente atenta ao nível de adequação das condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial às relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas afetas ao curso e à organização didático-pedagógica. Participa, também, ativamente, dos procedimentos e instrumentais diversificados, demandadas pela Comissão Própria de Avaliação, especialmente aqueles inerentes às etapas obrigatórias antecedentes exigidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por ocasião da visita da comissão de especialistas de avaliação externa ao UNIEURO, bem como das obrigações institucionais estabelecidas para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

## **9 – POLÍTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Existentes na IES, porém não se aplicam ao Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA.

## **10 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

A coordenação do curso, em consonância com seu Colegiado e amparada pelo disposto no Parecer CNE/CP nº 29/2002, decidiu pela não-inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de Atividades Complementares em sua organização curricular.

## **11 – EXPLICITAÇÃO DO DIPLOMA E CERTIFICADO A SEREM EXPEDIDOS**

A conclusão do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA – a aquisição da totalidade de suas competências – confere direito ao diploma de graduação em curso superior de tecnologia e o respectivo histórico escolar que o

acompanha inclui as competências profissionais definidas no perfil profissional de seus concluintes.

Não será expedido o Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico (parágrafo 1º do art. 5º da Resolução CNE/CP nº. 3, de 18/12/2002) já que as atividades escolares (competências) desenvolvidas nos módulos I e II não outorgam competências profissionais previstas em lei (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002).


# ANEXOS

## ANEXO I

**GRADE CURRICULAR DO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1364	1	LPTI	Leitura e Produção de Textos I	80
2499	1	IPPII	Introdução a Políticas Públicas I	40
2500	1	IPPI	Introdução a Políticas Públicas II	40
2194	1	TAI	Teorias Administrativas I	40
1432	1	TADII	Teorias Administrativas II	40
1499	1	SOC	Sociologia	40
1365	1	MATE	Matemática	40
0885	1	ECON	Economia	40
1575	1	ERES	Ética	40
				<b>400</b>
0286	2	TE	Teoria Econômica	80
2147	2	TEOP	Teoria Política	80
0949	2	DAD	Direito Administrativo	80
1500	2	APP	Análise de Políticas Públicas	80
1592	2	MTP	Métodos e Técnicas de Pesquisa	80
				<b>400</b>
2151	3	ADMPB	Administração Pública no Brasil	80
2153	3	FPB	Fundamentos da Política Brasileira	80
2149	3	EPPS	Elab. de Proj. de Políticas Sociais	80
2150	3	PCPP	Pesq. e Comparação em Pol. Públicas	40
2152	3	APSP	Adm. de Pessoal no Setor Público	80
2154	3	SB	Sociologia da Burocracia	40
				<b>400</b>
2155	4	IAPP	Implem. e Aval. de Políticas Públicas	80
2156	4	OPUB	Orçamento Público	80
2157	4	SPP	Seminários em Políticas Públicas	80
2158	4	CSEC	Cenários Sócio-Econ. Contemporâneos	80
2159	4	PPPL	Pol. Pública e Processo Legislativo	80
				<b>400</b>
<b>GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>				<b>1600</b>
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>				<b>1600</b>

## ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS

		<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO EUROAMERICANO</b> <b>PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</b> <b>COORDENAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA</b>		
<b>EMENTÁRIO</b>				
<b>CÓD/SIGLA</b>	<b>D I S C I P L I N A</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>		
1364 / LPTI	Leitura e Produção de Texto I	<b>Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
		80		
<b>EMENTA</b>				
<p>A produção da comunicação escrita na era tecnológica: importância, tipologia, níveis da linguagem, aspectos mais importantes na recepção e produção de técnicas da expressão escrita; o papel da comunicação não-verbal no marketing pessoal; encadeamento lógico de idéias, análise e síntese; argumentação; vícios e erros mais comuns na produção textual técnica e científica; revisão dos aspectos gramaticais relevantes na produção de textos.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>BAGNO, Marcos. <u>A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira</u>. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. <u>Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso</u>. Coimbra: Almedina, 2001.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>NEVES, Maria Helena de Moura. <u>Guia de usos do português: confrontando regras e usos</u>. São Paulo: UNESP, 2003.</p> <p>PRETI, Dino. <u>Estudos de Língua oral e escrita</u>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.</p> <p>SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. <u>O português são dois... novas fronteiras, velhos problemas</u>. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>SOARES, Magda. <u>Linguagem e escola: uma perspectiva social</u>. São Paulo: Ática, 2000.</p>				

CÓD /SIGLA	D I S C I P L I N A	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2194 / TAI	Teorias Administrativas I	40		
<b>EMENTA</b>				
Abordagem clássica, humanista e organizacional. Novas configurações organizacionais. Organização. Planejamento. Direção: comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Controle e coordenação. As funções administrativas e as novas tendências. Gestão Empresarial frente aos paradigmas da modernidade.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
CHIAVENATO, Idalberto. <u>Introdução à Teoria Geral da Administração</u> . 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.				
ARAÚJO, Luis César G. de. <u>Organização e Métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia</u> . 3. ed. Atlas: São Paulo, 1992.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
LOBATO, David M. <u>Administração Estratégica: uma visão orientada para a busca de Vantagens Competitivas</u> . Rio de Janeiro: Ed P&C Botafogo.				
ROBBINS, Stephen .P. <u>Comportamento Organizacional</u> . Rio de Janeiro: LTC, 2002.				
KELLY, K. <u>Técnicas para Tomada de Decisão em Equipe</u> . São Paulo: Futura, 2000.				
MOTTA, F.C.P., Caldas, M.P. <u>Cultura Organizacional e Cultura Brasileira</u> . São Paulo: Atlas, 1997.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1432 / TAD II	Teorias Administrativas II	40		
Abordagens clássica, humanista e organizacional. Novas configurações organizacionais. Organização. Planejamento. Direção: comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Controle e coordenação. As funções administrativas e as novas tendências. Gestão empresarial frente aos novos paradigmas.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
CHIAVENATO, Idalberto. <u>Introdução à Teoria Geral da Administração</u> . 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.				
ARAÚJO, Luis César G. de. <u>Organização e Métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia</u> . 3. ed. Atlas: São Paulo, 1992.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
LOBATO, David M. <u>Administração Estratégica: uma visão orientada para a busca de Vantagens Competitivas</u> . Rio de Janeiro: Ed P&C Botafogo.				
ROBBINS, Stephen .P. <u>Comportamento Organizacional</u> . Rio de Janeiro: LTC, 2002.				
KELLY, K. <u>Técnicas para Tomada de Decisão em Equipe</u> . São Paulo: Futura, 2000.				
MOTTA, F.C.P., Caldas, M.P. <u>Cultura Organizacional e Cultura Brasileira</u> . São Paulo: Atlas, 1997.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1499 / SOC	Sociologia	40		
<b>EMENTA</b>				
Fundamentação geral da sociologia. Conceito e Objeto da sociologia nas ciências sociais aplicadas. A organização como sistema social: poder e conflito. A incorporação do trabalho no processo de produção. A sociologia das Organizações Formais. As diferentes relações dos grupos de trabalho.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
COSTA, Maria Cristina C. <u>Sociologia: introdução à ciência da sociedade</u> . São Paulo : Moderna, 2000.				
FORACHI, M.M. & MARTINS, José de Souza. <u>Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia</u> . São Paulo: LTC, 2000.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
DEMO, Pedro. <u>Sociologia : Uma introdução crítica</u> . 2ed. São Paulo : Atlas, 1995.				
BERNARDES, Cyro; MARCONDES. <u>Sociologia aplicada administração</u> . São Paulo: Saraiva, 2000.				
BOUDON, Raymond. <u>Dicionário de Sociologia</u> . São Paulo: Ática, 2001.				
CASTRO, Ana Maria et all. <u>Sociologia</u> . São Paulo: Saraiva, 1999.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
0885 / ECON	Economia	80		
<b>EMENTA</b>				
Introdução à economia. Teoria do consumidor. Teoria do funcionamento do mercado. Teoria da firma e estruturas de mercado e noções de macroeconomia.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
PINHO, Diva Benevides. <u>Manual de economia</u> . 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.				
ROSSETTI, José Paschoal. <u>Introdução à economia</u> . 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. <u>Fundamentos de economia</u> . São Paulo: Saraiva, 1999.				
WESSELS, Walter. <u>Economia</u> . São Paulo: Saraiva, 1991.				
BAUMANN, Renato. <u>A economia internacional: uma perspectiva brasileira</u> . Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
MARINHO, Henrique J.M. <u>Política Monetária no Brasil — da teoria à prática</u> . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1365 / MATE	Matemática	40		
<b>EMENTA</b>				
Teoria geral de juros simples e compostos. Taxas de juros. Regime de juros simples. Cálculo de taxas simples, valor atual e montante. Regime de juros compostos. Equivalências de taxas e capitais. Cálculo do valor presente e valor futuro. Séries uniformes de pagamentos. Sistemas de amortização. Tabela Price e sistema de amortização constante. Fluxos de caixa. Desconto racional composto e comercial.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
ASSAF NETO, A. <u>Matemática Financeira e suas aplicações</u> . São Paulo: Atlas, 2002.				
FARO, C. <u>Matemática Financeira</u> . São Paulo: Atlas, 1993.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
ZENTGRAF, R. <u>Matemática Financeira Objetiva</u> . Rio de Janeiro: Editoração, 1997.				
MEDEIROS, Elton. <u>Matemática para os Cursos de Administração. Economia e Contabilidade</u> , 6. ed. S.Paulo, Atlas, 2001.				
WEBER. <u>Matemática para os Cursos de Administração, Economia e Contabilidade</u> , 6. ed. S.Paulo, Harbra, 2000.				
ASSAF NETO, Alexandre. <b>Matemática Comercial e Financeira</b> , 7. ed. S.Paulo, Atlas, 2001				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1520 / ERES	Ética	40		
<b>EMENTA</b>				
<p>Ética moralista e ética espontânea. Valores éticos e modernidade: os direitos humanos, condições econômicas e aspectos éticos dos processos de mudanças. Valores universais e valores emergentes. Concepções Éticas. A Ética na ação. Ética na Política. Ética no Trabalho. Ética nas Relações Pessoais. Ética e Meio Ambiente.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>GARRAFA, Volnei. <u>O Brasil deve buscar respostas bioéticas próprias</u>. <i>Radis</i>, 24, agost. 2004. p. 32-33.</p> <p>SINGER, Peter. <u>Sobre ética</u>. In: _____. <i>Ética Prática</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C. ; PIETRI, Paul H. Jr. <u>Administrando com ética e responsabilidade social</u>. In: _____. <i>Administração: conceitos e aplicações</i>. 4 ed. São Paulo: Harbra, 1998. p. 91-118.</p> <p>SEN, Amartya Kumar. <u>Sobre Ética e Economia</u>. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.</p> <p>SROUR, Robert Henry. <u>Ética empresarial: a gestão da reputação</u>. 2 ed. Rio de Janeiro: campus, 2003. 411 p.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. <u>Ética e responsabilidade social</u>. In: _____. <i>Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada</i>. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 428 – 453.</p>				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1592 / MTP	Métodos e Técnicas de Pesquisa	40		
<b>EMENTA</b>				
Fundamentos da pesquisa; conceitos, classificação e métodos; pesquisa bibliográfica; normatização do trabalho científico; as etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação de relatório; o trabalho monográfico e suas especificações; a elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo; diretrizes para a elaboração de uma monografia; determinação do tema; levantamento bibliográfico; leitura e documentação; construção lógica do trabalho; formas de trabalho e preparação dos originais.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
KÖCHE, José Carlos. <u>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</u> . 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002				
LAKATOS, Eva Maria. <u>Fundamentos de metodologia Científica</u> . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
MÁTTAR NETO, João Augusto. <u>Metodologia científica na era da informática</u> . São Paulo: Saraiva, 2002.				
GIL, Antônio Carlos. <u>Como elaborar Projetos de Pesquisa</u> . São Paulo: Atlas, 2002.				
RUIZ, João Álvaro. <u>Metodologia científica</u> . 5ª ed. Guia de eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2002.				
SEVERINO, Antônio J. <u>Metodologia do trabalho científico</u> . 22ª ed. São Paulo: Cortêz, 2002.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2156 / OPUB	Orçamento Público	80		
<b>EMENTA</b>				
<p>Cultura Orçamentária. Responsabilidade na execução orçamentária. A importância do ser humano no alcance dos objetivos. Fases do Planejamento.</p> <p>Tipos de Orçamento econômico financeiro. Desenvolvimento, acompanhamento, controle e análise tendências e projeções do orçamento (real x orçado).</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>BALEIRO, Aliomar. <u>Uma Introdução à Ciência das Finanças</u>. Rio de Janeiro, Forense, 1978.</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luís C. <u>A Crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira</u>. São Paulo, Nobel, 1992.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>BROWN, C.V. &amp; JACKSON, P.M., <u>Public Sector Economics</u>. 4 Ed., Blackwell, Oxford &amp; Cambridge, USA, 1992</p> <p>BROWNING, Edgard K., &amp; JAQUELENE, M. <u>Public Finance and the price system</u>. Macmillan, 1994</p> <p>CAMPELLO, Carlos A. G. B. &amp; MATIAS, Alberto B. <u>Administração Financeira Municipal</u>. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>CASTRO, Antonio Barros de, e outro. <u>A Economia Brasileira em Marcha Forçada</u>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.</p>				

CÓD / SIGLA	D I S C I P L I N A	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2499 / IPPI	Introdução a Políticas Públicas I	80		
<b>EMENTA</b>				
O que são Políticas Públicas?. Um pouco de História: o crescimento do volume de intervenções estatais na vida coletiva. As políticas keynesianas. Os modernos sistemas de proteção social. A transformação nas concepções de democracia e de estado democrático. Estruturas elementares das Políticas Públicas.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
DAHL, Robert. Poliarquia: <u>Participação e Oposição</u> . São Paulo: Edusp, 1997.				
DOWNS, Anthony. <u>Uma teoria econômica da democracia</u> . São Paulo: Edusp, 1999.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
HOWELL, Llewellyn D. (org). <u>The Handbook of Country and Political Risk Analysis</u> . East Syracuse, NY: PRS Group, 2001.				
LIJPHART, Arend. <u>Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países</u> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.				
TILLY, Charles. <u>Coerção, Capital e Estados europeus</u> . São Paulo: Edusp, 1996.				
WEBER, Max. A Política como Vocação, em <u>Ciência e Política: Duas Vocações</u> . SP: Cultrix, 1991.				

CÓD / SIGLA	D I S C I P L I N A	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2142 / IPPII	Introdução a Políticas Públicas II	80		
<b>EMENTA</b>				
Intervenção governamental, economia e sociedade. Intervenção governamental em países capitalistas desenvolvidos. Intervenção governamental no Brasil. A crise do Estado do Bem-Estar ("Welfare State") e o neo-liberalismo. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. Razões para o estudo das políticas públicas. Esquema para análise de políticas públicas. Limitações da Análise de Políticas Públicas para a Resolução de Problemas. Modelos de Política				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
DAHL, Robert. <u>Poliarquia: Participação e Oposição</u> . São Paulo: Edusp, 1997.				
DOWNS, Anthony. <u>Uma teoria econômica da democracia</u> . São Paulo: Edusp, 1999.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
HOWELL, Llewelleyn D. (org). <u>The Handbook of Country and Political Risk Analysis</u> . East Syracuse, NY: PRS Group, 2001.				
LIJPHART, Arend. <u>Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países</u> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.				
TILLY, Charles. <u>Coerção, Capital e Estados europeus</u> . São Paulo: Edusp, 1996.				
WEBER, Max. <u>A Política como Vocação, em Ciência e Política: Duas Vocações</u> . SP: Cultrix, 1991.				

CÓD SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2151 DMPB	Administração Pública no Brasil	80		
<b>EMENTA</b>				
Estado e Aparelho do Estado. O debate a respeito do Estado: sua natureza, seu papel e suas funções. A Administração Pública e o Aparelho do Estado. A “destecnicização” e a politização do debate a respeito da Administração Pública. Distinção entre Administração Pública e Terceiro Setor (público não-estatal x privado não-mercantil). Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. Os Agentes Públicos: políticos, burocratas e servidores. Apreciação crítica do debate acerca da Reforma do Aparelho do Estado. Privatização, Publicização e Reestatização. Os modelos: patrimonial, burocrático e gerencial.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella <u>Direito Administrativo</u> . Atlas, 2006.				
MEIRELLES, Hely Lopes <u>Direito Administrativo Brasileiro</u> . Malheiros, 2006.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
MEDAUAR, Odete <u>Direito Administrativo Moderno</u> . Revista dos Tribunais, 2006.				
D’ÁVILA, Vera Lúcia Machado et al. <u>Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos</u> . São Paulo: Malheiros, 1995.				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <u>Parcerias na Administração Pública</u> . 5ª Ed.. São Paulo: Atlas, 2005.				
DINIZ, Maria Helena. <u>Curso de Direito Civil Brasileiro. Parte Geral</u> . 23ª Ed., Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2006.				

CÓD SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
0949 DADM	Direito Administrativo	40		
<b>EMENTA</b>				
Administração Pública no contexto do Estado Democrático. Organização; Princípio lógico; Instrumentalidade. Funcionamento. Relações de trabalho: regime jurídico estatutário e celetista e suas características. Função econômica do Estado. Intervenção e Formas Modernas de prestação de serviço público. Controle institucional e popular da Administração Pública.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella <u>Direito Administrativo</u> . Atlas, 2006.				
MEDAUAR, Odete <u>Direito Administrativo Moderno</u> . Revista dos Tribunais, 2006.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
MEIRELLES, Hely Lopes <u>Direito Administrativo Brasileiro</u> . Malheiros, 2006.				
ANDRADE, Regis & JACOUD, Luciana orgs. <u>Estrutura e Organização do Poder Executivo - Volume 1</u> . Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)/PNUD. Brasília. 1993.				
NUNES, Edson . <u>A Gramática Política do Brasil</u> . Editora Zahar. ENAP, Rio de Janeiro e Brasília. 1997				
PETERS, B. G. <u>Reorganizando o governo em uma era de contenção e compromisso</u> . Dados, 35 (3). Rio de Janeiro. 1992.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
1500 / APP	Análise de Políticas Públicas	80		
<b>EMENTA</b>				
As funções do governo e a natureza das políticas públicas: bens públicos e bens privados. Tipologia das políticas públicas: distributivas, redistributivas e regulatórias. A formulação das políticas públicas: fixação de agendas nacionais e institucionais e a definição de objetivos. Federalismo e a adoção e implementação de políticas públicas. Avaliação da implementação de políticas públicas.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
ABRUCIO, Fernando Luiz. <u>Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC</u> . <a href="http://www.enap.gov.br">http://www.enap.gov.br</a> .				
AFONSO, José Roberto Rodrigues e ARAÚJO, Érika Amorim. <u>A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível</u> . In: NEVES, Gleise Heisler. <u>Os municípios e as eleições de 2000</u> . São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
ARRETCHE, Marta. <u>Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas</u> . Revista Brasileira de Ciências Sociais 11(31):44-66. 1996				
CRUZ, Maria do Carmo M.T. <u>Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente</u> . In: CACCIA-BAVA, Silvio, PAULICS, Veronika e SPINK, Peter (org.) <u>Novos contornos da gestão local: conceitos em construção</u> . São Paulo, Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV_EAESP, 2002.				
DAGNINO, Evelina (org). <u>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</u> . São Paulo: Paz e Terra. 2002.				
JACOBI, Pedro e PINHO, José Antonio (org.). <u>Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares</u> . Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2147 / TEOP	Teoria Política	80		
<b>EMENTA</b>				
Análise o Sistema Político brasileiro em suas múltiplas dimensões: o legado imperial, a formação da República, a emergência do Estado nacional pós-1930; a relação entre burocracia e Estado e suas configurações; as oscilações entre Estado unitário e federalismo; as relações entre Estado e economia e Estado e sociedade; a dinâmica entre os poderes e as instituições entre 1930 aos dias de hoje. Aspectos da teoria democrática e a análise dos regimes políticos democráticos como forma de compreensão da dinâmica própria da política brasileira.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
DAHL, Robert. <u>Poliarquia: Participação e Oposição</u> . São Paulo: Edusp, 1997.				
DOWNS, Anthony. <u>Uma teoria econômica da democracia</u> . São Paulo: Edusp, 1999.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
GOODIN, Robert E. & KLINGEMANN, Hans-Dieter (orgs). <u>A New Handbook of Political Science</u> . Oxford: Oxford University Press, 1998.				
HOWELL, Llewellyn D. (org). <u>The Handbook of Country and Political Risk Analysis</u> . East Syracuse. NY: PRS Group, 2001.				
LIJPHART, Arend. <u>Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países</u> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.				
TILLY, Charles. <u>Coerção, Capital e Estados europeus</u> . São Paulo: Edusp, 1996.				
WEBER, Max. <u>A Política como Vocação, em Ciência e Política: Duas Vocações</u> . SP: Cultrix, 1991.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2155 / IAPP	Impl. e Avaliação de Políticas Públicas	80		
<b>EMENTA</b>				
<p>Quadro de referência conceitual do estudo e da execução das políticas públicas. Análise de seus processos fundamentais: os diversos aspectos constitutivos da formação da agenda das políticas públicas; sua formulação (condicionantes, instituições e atores); o processo de implementação (de ordem técnica e política, o que envolve constrangimentos e potencialidades); avaliação de seus resultados e processos; mecanismos de mensuração, acompanhamento e controle, tanto por parte do Estado como da sociedade. A complexa relação do Estado (via gestores públicos) e dos setores públicos não-estatais com o cidadão.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre e CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). <u>Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais</u>. São Paulo:IEE/PUC-SP, 2001.</p> <p>RICO, Elizabeth Melo (org.). <u>Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate</u>. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>FUKS, Mario. <u>Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social</u>. In: Bib,n.49, 1º sem. 2000, p. 79-94.</p> <p>MARQUES, Eduardo. <u>Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos</u>. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº. 43, 1997.</p> <p>MELO, Marcus André. <u>Estado, Governo e Políticas Públicas</u>. In: MICELI, S. (Org.). <u>O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)</u>. Ciência Política, Vol.III. São Paulo, Ed. Sumaré, Brasília, ANPOCS &amp; CAPES, 2000. pp.59-100.</p> <p>SPINK, Peter. <u>Avaliação democrática: propostas e práticas</u>. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Coleção ABIA, Fundamentos de Avaliação, nº3. 2001.</p>				

CÓD SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2157 / SPP	Seminários em Políticas Públicas	80		
<b>EMENTA</b>				
<p>Temas relevantes do Brasil contemporâneo e políticas e programas governamentais que abordem tais questões, a disciplina deverá selecionar casos práticos da área pública para análise pelos alunos. A disciplina deverá proporcionar aos participantes a oportunidade de discussão do exercício da liderança e do trabalho em equipe em organizações do setor público, assim como a discussão da governança pública contemporânea, envolvendo decisão e negociação com diversos atores. Líderes e executivos da área pública serão convidados para a discussão dos casos selecionados.</p>				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2159 / PPPL	Políticas Públicas e Processo Legislativo	80		
<b>EMENTA</b>				
<p>Processo Legislativo: Conceito. Atos Legais e suas Finalidades. Poder Legislativo: Funções e Estrutura. A Atividade Legislativa. As Normas Constitucionais, Legais e Regimentais. A Iniciativa de Proposições. Recebimento das Proposições. Encaminhamento às Comissões. Discussão. Deliberação e Quorum. Votação. Elaboração Legislativa Especial. Participação do Cidadão. Aprovação e autógrafo. Sanção. Veto. Promulgação. Publicação. Vigência. Vacância.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>BOBBIO, Norberto. <u>Curso de Introdução à Ciência Política</u>. Brasília, UNB, 1983.</p> <p>SILVA, José Afonso da. <u>Curso de Direito Constitucional Positivo</u>. São Paulo, Malheiros, 2006.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>BOBBIO, Norberto. <u>Dicionário de Política</u>. Brasília, UNB, 1983.</p> <p>FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. <u>Curso de Direito Constitucional</u>. São Paulo, Ed. Saraiva, várias edições.</p> <p>MAINWARING, Scott. <u>Políticos, Partidos e Sistemas de Representação: O Brasil numa perspectiva comparada</u>. São Paulo, Revista Novos Estudos, Cebrap, 1991.</p> <p>MORAES, Alexandre. <u>Direito Constitucional</u>. São Paulo, Atlas, 2006.</p>				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2158 / CSEC	Cenários Sócio-econômicos Contemporâneos	40		
<b>EMENTA</b>				
Análise das mudanças e continuidades que têm pontuado a passagem das sociedades modernas para a pós-modernidade e as configurações que estão assumindo no século XXI. Dessa análise emerge um quadro sistemático do macro-ambiente societário em que os administradores atuam e se evidenciam os desafios lhes estão colocados no presente e no futuro próximo.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
BAQUERO, Marcello. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. Editora da Universidade UFRGS, 2004.				
AZEREDO, Beatriz. <b>Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira.</b> Coleção teses e pesquisas. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998, .				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
BARAN, Paul, A. <u>A economia política do desenvolvimento econômico.</u> Tradução de S. Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.				
GUARESCHI, Pedrinho A. <u>Sociologia Crítica - alternativas de mudanças.</u> 12. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986.				
HERÉDITA, Vânia Beatriz Merlotti. <u>Dilemas da Globalização.</u> Passo Fundo: Universidade Educação Básica, 1997				
WEBER, Max . <u>A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.</u> Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K Szmrecsányi (11a. ed.). São Paulo: Pioneira. 1966				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2153/FPB	Fundamentos da Política Brasileira	80		
<p>Análise do desenvolvimento político brasileiro, ressaltando-se os processos e estratégias de passagem da política oligárquica à política competitiva; o destaque analítico será dado às concepções que predominam no âmbito das elites dirigentes relativas à função social do Estado e ao modo de implantação da cidadania no Brasil</p>				
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>FURTADO, Celso. <u>Formação econômica do Brasil</u>. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.</p> <p>DUARTE, Nestor. <u>A ordem privada e a organização política nacional</u>. 2ª. ed., São Paulo, Nacional. 1965.</p>				
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>FREYRE, Gilberto. <u>Casa-grande &amp; senzala</u>. 16ª. ed., Rio de Janeiro, José Olympio. 1973.</p> <p>LAMOUNIER, Bolívar. <u>Apontamentos sobre a questão democrática brasileira</u>, in A. Rouquié, B. Lamounier &amp; J. Schvarzer, <u>Como renascem as democracias</u>. São Paulo, Brasiliense. 1985</p> <p>PRADO JR., Caio. <u>Formação do Brasil contemporâneo</u>. São Paulo, Brasiliense. 1972.</p> <p>CARDOSO, Fernando Henrique. <u>Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional</u>. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977</p>				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
0286 / TE	Teoria Econômica	80		
<b>EMENTA</b>				
<p>Conceitos de Teoria Econômica, suas características, aspectos positivos e negativos e sua aplicação na tomada de decisões econômicas para as empresas. O papel da oferta e demanda na determinação do preço e quantidade de mercado. O processo de produção e de custos. Os agregados macroeconômicos.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>FERGUSON, C.E. <u>Teoria microeconômica</u>. Rio de Janeiro: Forense – Universitária. 1989.</p> <p>CAPELLARI, Clayton Pedro. <u>Economia</u>. São Paulo: Paris XX, 2004.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>QUINTINO, Carlos Alberto Alves. <u>Elementos de Macroeconomia</u>. São Paulo: Paris XX, 2000.</p> <p>ROSSETI, J. P. <u>Introdução à Economia</u>. São Paulo: Atlas, 13a ed. 1.998.</p> <p>WANNACOTT, Paul. <u>Economia</u>. 2ª edição. São Paulo: Makron Books, 1994.p833.</p> <p>LOPES, Luiz Martins, Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval. <u>Manual de Macroeconomia</u>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>				

CÓD SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2149 EPPS	Elaboração de Projetos de Políticas Sociais	80		
<b>EMENTA</b>				
Cidadania, ética de responsabilidade pública e justiça social. Burocracia e racionalidade na gestão pública. Sinergias entre governo e sociedade civil. Planejamento comunitário. Políticas de saúde. Administração pública e reforma do Estado.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
BONETTI, Lindomar Wessler. <u>Políticas Públicas, meio ambiente e exclusão social</u> . Ijuí, Unijuí, 1998.				
FURTADO, Celso. <u>Teoria e política do desenvolvimento econômico</u> . São Paulo: Paz e Terra, 2000.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
FUKUYAMA, Francis. <u>Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade</u> . Rio de Janeiro, Rocco, 1996.				
PUTNAM, Robert D. <u>Democracia e comunidade: a experiência da Itália moderna</u> . São Paulo, FVG, 1996.				
CADERNOS ABONG – n.24: <u>As Ongs e o desenvolvimento: o programa de financiamento dos Países Baixos no Brasil</u> . 1998.				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2150 / PCPP	Pesquisa e Comparação em Políticas Públicas.	40		
<b>EMENTA</b>				
<p>Linhas de pesquisa. Projeto de pesquisa e suas fases. Plano de pesquisa. Definição de variáveis e indicadores. Técnicas de coleta de dados. Relatório de pesquisa. Políticas sociais no final do século XX, o papel da política na institucionalização do regime do bem-estar social. Políticas de saúde, educação e seguridade social no Brasil e a distribuição de responsabilidades entre esferas de governo. Formas de integração entre universalidade e seletividade.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>NOGUEIRA, Marco Aurélio. <u>Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial</u>. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i>, jun. 2003, vol.18, no.52.</p> <p>WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. <u>A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas</u>. Rio de Janeiro: Revam: UCAM, IUPERJ, 1998.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>BORGES, André. <u>Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial</u>. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i>, jun. 2003, vol.18, no.52.</p> <p>MADEIRA, Felícia Reicher. <u>A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações - o caso do primeiro emprego</u>. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p> <p>SOUZA, André Portela. <u>Por uma política de metas de redução da pobreza</u>. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p>				

CÓD / SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2152 / APSP	Adm. de Pessoal no Setor Público	80		
<b>EMENTA</b> Administração de pessoal no setor público. Funções administrativas e operacionais da administração de pessoal. Desafios da gestão de pessoal. Legislação pertinente aos servidores públicos.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CHIAVENATO, Idalberto. <u>Gestão de pessoas</u> . Rio de Janeiro: Campus, 1999.  MILKOVICH, George T. & BOUDREAU, John W. <u>Administração de Recursos Humanos</u> . São Paulo : Atlas, 2000.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>  BOOG, Gustavo G. <u>Manual de treinamento e desenvolvimento</u> . São Paulo : Makron Books, 1999.  ROBBINS, Decenzo. <u>Administração de recursos humanos</u> . Rio de Janeiro : LTC Editora, 2001.  TACHIZAWA, Takeshy, et al. <u>Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios</u> . Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.  ULRICH, Dave. <u>Recursos humanos estratégicos: Novas perspectivas para os profissionais de RH</u> . São Paulo: Futura, 2000.				

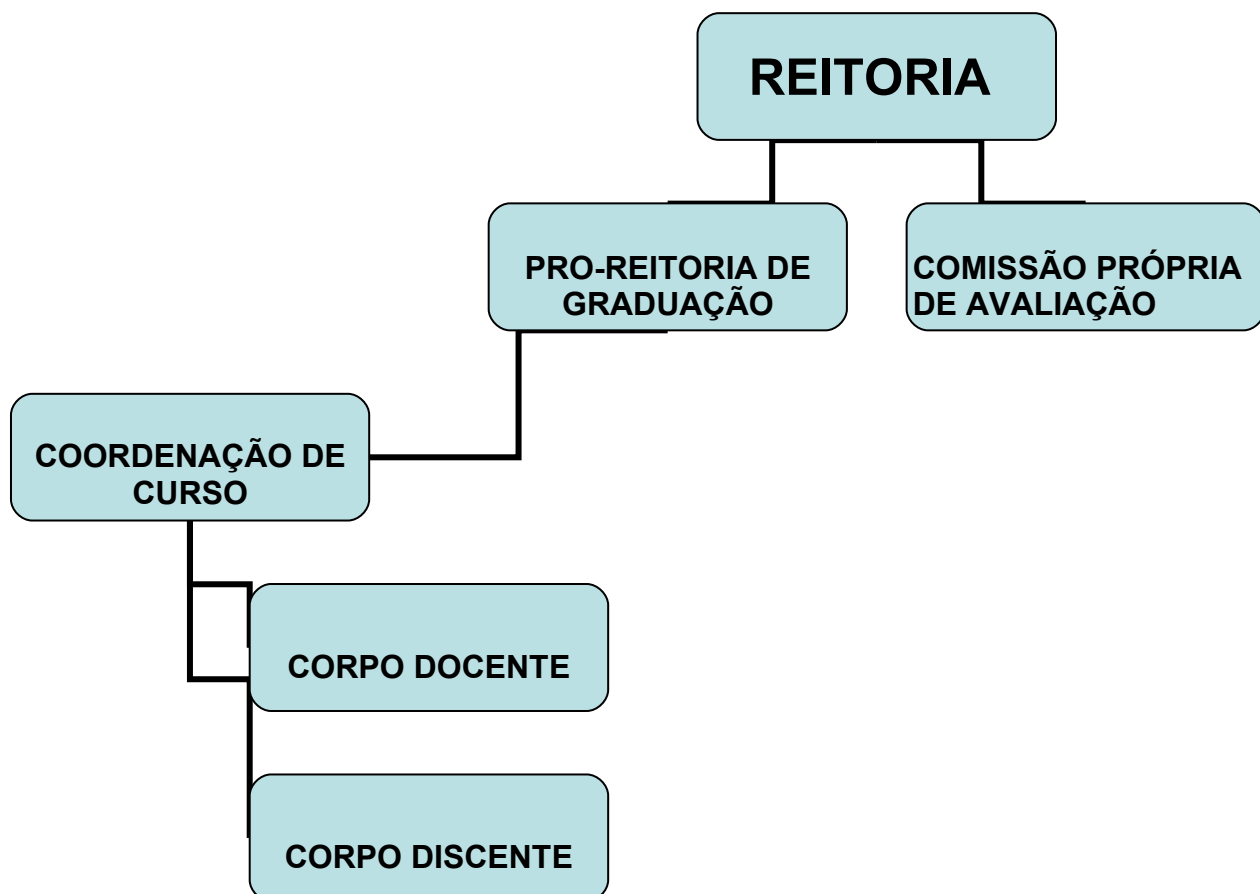
CÓD SIGLA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		Total	Teórica	Prática
2154 / SB	Sociologia da Burocracia			
<b>EMENTA</b>				
<p>Conceito positivo e negativo da burocracia. Burocracia, burocratização e desburocratização. Estudo comparativo das organizações. Burocracia e empresa privada. Burocracia e administração pública. Estrutura interna das organizações, mecanismos e estabilidade organizacional. Burocracia e estruturas de poder. Burocracia e desenvolvimento</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo. Introdução ao pensamento sociológico - Sociologia (Durkheim, Weber, Marx e Parsons). Rio de Janeiro: Eldorado, 1983.</p> <p>MOTTA, FCP. Introdução à Organização Burocrática. São Paulo: Tomsom, 2004.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>ROUANET, Sérgio Paulo. <u>As razões do iluminismo</u>. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.</p> <p>WEBER, Max. <u>A ética protestante e o espírito do capitalismo</u>. São Paulo: Pioneira, 1967.</p> <p>WEBER, Max. <u>Sobre a teoria das ciências sociais</u>. São Paulo: Moraes, 1991.</p> <p>WEBER, Max. <u>Economia e sociedade</u>. Brasília: EDUNB, 1991.</p>				

## ANEXO III

## CORPO DOCENTE INDICADO

<b>Nome</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime</b>
<b>Ana Cláudia Farranha</b>	<b>Doutora</b>	<b>Horista (Regime Integral no Nestrado Ciência Política da Unieuro)</b>
<b>José Deocleciano S. S. Júnior</b>	<b>Doutor</b>	<b>Horista (Regime Integral no Nestrado Ciência Política da Unieuro)</b>
<b>Marcelo Gonçalves do Valle</b>	<b>Doutor</b>	<b>Horista</b>
<b>Norlan G. da Silva</b>	<b>Especialista</b>	<b>Horista</b>
<b>Tânia Cristina A. Siqueira</b>	<b>Doutora</b>	<b>Horista</b>
<b>Vanessa M Rezende</b>	<b>Graduada</b>	<b>Horista</b>
<b>Sílvia Mattos Duarte</b>	<b>Graduada</b>	<b>Horista</b>
<b>Honneur Monção</b>	<b>Mestre</b>	<b>Integral</b>
<b>Magda Querino</b>	<b>Mestre</b>	<b>Integral</b>

## ANEXO IV — ORGANOGRAMA

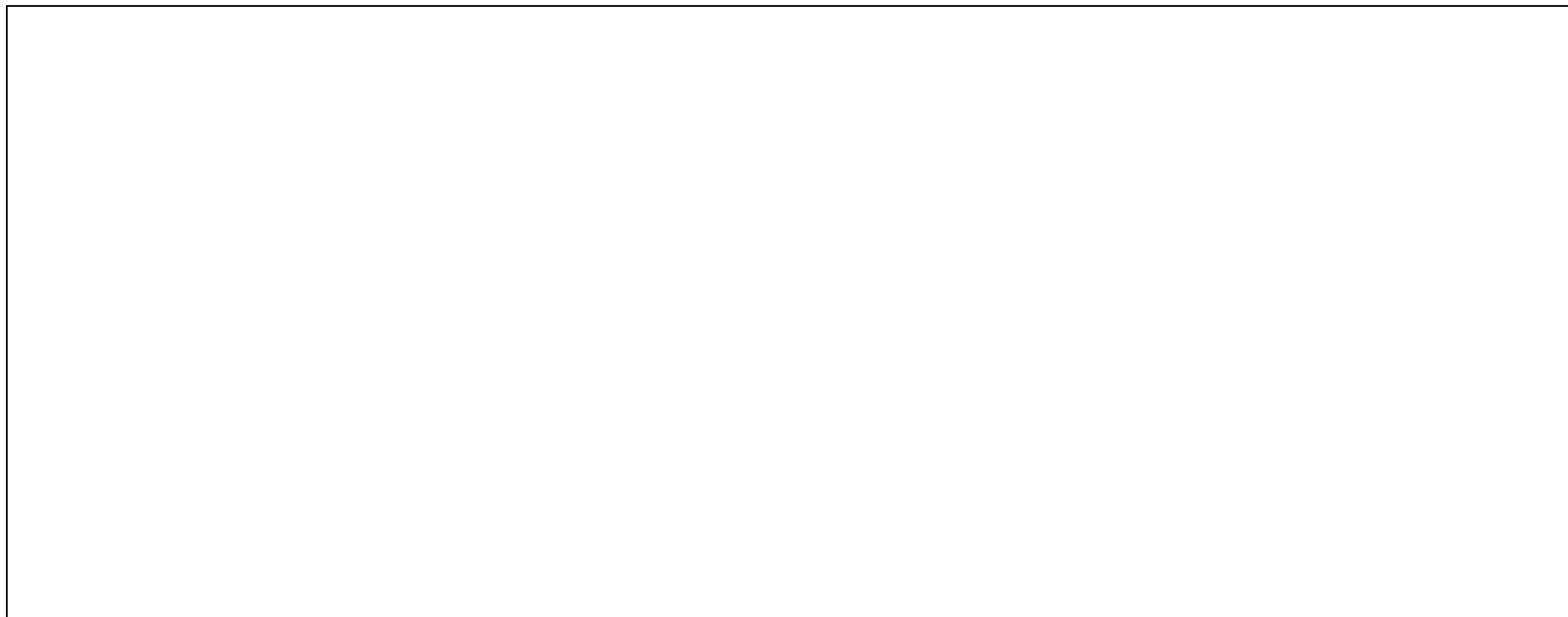


## ANEXO V

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
AVALIAÇÃO INTERNA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Conceito Final:

- Leituras Preliminares:
1. Contextualização da IES (Histórico da IES e dimensão de sua atuação);
  2. Contextualização do Curso (dados gerais, PPC, relação dos docentes do curso com nome, titulação máxima e disciplina(s) em que atua, projeto de criação do curso e documentos que subsidiaram esse ato);
  3. PPC e PDI atuais e atos normativos;
  4. Relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação da IES, inclusive a Proposta de Avaliação da IES;
  5. Dados gerais e específicos do curso constantes do Censo e Cadastro de Docentes;
  6. Dados sobre os resultados do ENADE e do questionário socioeconômico dos estudantes, quando for o caso.

**RELATÓRIO – Contextualização do Curso**A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the majority of the page below the title. It is intended for the user to write the report content.

<b>Categoria 1. Organização Didático-Pedagógica</b>		
<b>Grupo de Indicadores</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
1.1 Administração acadêmica: coordenação do curso	1.1.1 Atuação do Coordenador	① 2345
	1.1.2 Formação do Coordenador	① 2345
	1.1.3 Experiência do Coordenador (acadêmica e profissional)	① 2345
	1.1.4 Efetiva dedicação à administração e à condução do curso	① 2345
	1.1.5 Articulação da gestão do curso com a gestão institucional	① 2345
	1.1.6 Implementação das políticas institucionais constantes no PPI e no PDI, no âmbito do curso	① 2345
1.2 Administração acadêmica: colegiado de curso	1.2.1 Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	① 2345
	1.2.2 Articulação do colegiado de curso ou equivalente com os colegiados superiores da instituição	① 2345
1.3 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: concepção do curso	1.3.1 Articulação do PPC com o PPI e com o PDI	① 2345
	1.3.2 Coerência entre o PPC e o sistema de educação a distância utilizado	① 2345
	1.3.3 Objetivos do curso	① 2345
	1.3.4 Perfil do egresso	① 2345
1.4 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: currículo	1.4.1 Coerência do currículo com os objetivos do curso	① 2345
	1.4.2 Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso	① 2345
	1.4.3 Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais	① 2345
	1.4.4 Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso	① 2345
	1.4.5 Inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo	① 2345
	1.4.6 Dimensionamento da carga horária das unidades de estudo	① 2345
	1.4.7 Adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo	① 2345
	1.4.8 Adequação e atualização da bibliografia	① 2345
	1.4.9 Coerência do corpo docente e do corpo técnico-administrativo com a proposta curricular	① 2345
	1.4.10 Coerência dos recursos materiais específicos do curso (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) com a proposta do curso	① 2345
	1.4.11 Interação entre alunos e professores (EAD)	① 2345
	1.4.12 Desenvolvimento das estratégias de flexibilização curricular	① 2345

1.5 Projeto Pedagógico do Curso – PPC: avaliação	1.5.1 Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem com a concepção do curso	① 2345
	1.5.2 Articulação da auto-avaliação do curso com a auto-avaliação institucional	① 2345
1.6 Atividades acadêmicas à formação: prática profissional e/ou estágio	1.6.1 Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento das atividades	① 2345
	1.6.2 Formas de apresentação dos resultados parciais e finais	① 2345
	1.6.3 Relação aluno-orientador	① 2345
	1.6.4 Participação em atividades internas	① 2345
	1.6.5 Participação em atividades externas	① 2345
	1.6.6 Participação em atividades simuladas	① 2345
	1.6.7 Abrangência das atividades e áreas de formação	① 2345
	1.6.8 Adequação da carga horária	① 2345
1.7 Atividades acadêmicas à formação: trabalho de conclusão de curso (TCC)	1.7.1 Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso	① 2345
	1.7.2 Meios de divulgação de trabalhos de conclusão de curso	① 2345
	1.7.3 Relação aluno/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso	① 2345
1.8 Atividades acadêmicas à formação: atividades complementares	1.8.1 Existência de mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares	① 2345
	1.8.2 Oferta regular de atividades pela própria IES	① 2345
	1.8.3 Incentivo à realização de atividades fora da IES	① 2345
1.9 ENADE (Bacharelado)	1.9.1 Diferença de desempenho	① 2345
	1.9.2 Média dos conceitos de todas as participações	① 2345
	1.9.3 Planejamento e execução de ações em função dos resultados obtidos	① 2345

Observações:

<b>Categoria 2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo</b>		
<b>Grupo de Indicadores</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
2.1 Corpo docente: perfil docente	2.1.1 Formação	① 2345
	2.1.2 Experiência (acadêmica e profissional)	① 2345
	2.1.3 Implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso	① 2345
	2.1.4 Publicações e produções	① 2345
2.2 Corpo docente: atuação nas atividades acadêmicas	2.2.1 Dedicção ao curso	① 2345
	2.2.2 Docentes com formação adequada às unidades de estudo e atividades desenvolvidas no curso	① 2345
	2.2.3 Articulação da equipe pedagógica (professores conteudistas, professores orientadores e tutores, além de outros que desempenham funções complementares)	① 2345
2.3 Corpo discente: atenção aos discentes	2.3.1 Apoio à promoção de eventos internos	① 2345
	2.3.2 Apoio à participação em eventos	① 2345
2.4 Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso	<del>2.4.1 Adequação da formação e experiência profissional</del>	<del>① 2345</del>
	<del>2.4.2 Mecanismos de nivelamento</del>	<del>① 2345</del>
	2.4.2 Adequação da quantidade de profissionais às necessidades do curso	① 2345
	2.4.3 Implementação das políticas de capacitação no âmbito do curso	① 2345
	2.4.4 Articulação da equipe técnica de EAD com a dinâmica do curso	① 2345

Observações:

<b>Categoria 3. Instalações físicas</b>		
<b>Grupo de Indicadores</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
3.1 Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso	3.1.1 Livros – Formação Geral	① 2345
	3.1.2 Livros – Formação específica	① 2345
	3.1.3 Periódicos, bases de dados específicas, jornais e revistas	① 2345
	3.1.4 Implementação das políticas institucionais de atualização do acervo no âmbito do curso	① 2345
	3.1.5 Sistema de acesso dos alunos a distância aos recursos bibliográficos	① 2345
3.2 Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambiente/laboratórios para a formação geral/básica/...	3.2.1 Tipos de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.2.2 Quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.2.3 Espaço físico (adequação às especificidades, dimensões, mobiliário, iluminação etc.)	① 2345
	3.2.4 Equipamentos (tipos, quantidade e condições de uso)	① 2345
	3.2.5 Condições de conservação das instalações	① 2345
	3.2.6 Materiais	① 2345
	3.2.7 Normas e procedimentos de segurança	① 2345
	3.2.8 Equipamentos de segurança	① 2345
	3.2.9 Atividades de ensino (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.2.10 Serviços prestados (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.2.11 Orientação de alunos	① 2345
	3.2.12 Protocolos de experimentos	① 2345
	3.2.13 Comitê de Ética em Pesquisa	① 2345
	3.2.14 Implementação das políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso	① 2345

3.3 Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambientes/laboratórios para a formação profissionalizante/específica	3.3.1 Tipos de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.3.2 Quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.3.3 Espaço físico (adequação às especificidades, dimensões, mobiliário, iluminação etc.)	① 2345
	3.3.4 Equipamentos (tipos, quantidade e condições de uso)	① 2345
3.3 Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambientes/laboratórios para a formação profissionalizante/específica	3.3.5 Condições de conservação das instalações	① 2345
	3.3.6 Materiais	① 2345
	3.3.7 Normas e procedimentos de segurança	① 2345
	3.3.8 Equipamentos de segurança	① 2345
	3.3.9 Atividades de ensino (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.3.10 Serviços prestados (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.3.11 Orientação de alunos	① 2345
	3.3.12 Protocolos de experimentos	① 2345
	3.3.13 Comitê de Ética em Pesquisa	① 2345
	3.3.14 Implementação das políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso	① 2345

3.4 Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários/ambientes/ laboratórios para a prática profissional e prestação de serviços à comunidade	3.4.1 Tipos de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.4.2 Quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso	① 2345
	3.4.3 Espaço físico (adequação às especificidades, dimensões, mobiliário, iluminação etc.)	① 2345
	3.4.4 Equipamentos (tipos, quantidade e condições de uso)	① 2345
	3.4.5 Condições de conservação das instalações	① 2345
	3.4.6 Materiais	① 2345
	3.4.7 Normas e procedimentos de segurança	① 2345
	3.4.8 Equipamentos de segurança	① 2345
	3.4.9 Atividades de ensino (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.4.10 Serviços prestados (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade etc.)	① 2345
	3.4.11 Orientação de alunos	① 2345
	3.4.12 Protocolos de experimentos	① 2345
	3.4.13 Comitê de Ética em Pesquisa	① 2345
	3.4.14 Implementação das políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso	① 2345

#### Forças/Potencialidades

**Fragilidades/Pontos que requerem melhoria**

--

**Recomendações**

--

**Parecer analítico final da Comissão Interna de Avaliação**

--

**Avaliação do Instrumento pela Comissão**

**Avaliação, pelo Coordenador de Curso, do Instrumento de Avaliação de Curso e da Comissão de Avaliação.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ )

Assinaturas: 1. \_\_\_\_\_ (Matrícula Institucional nº

\_\_\_\_\_ )

2. \_\_\_\_\_ (Matrícula Institucional nº



